



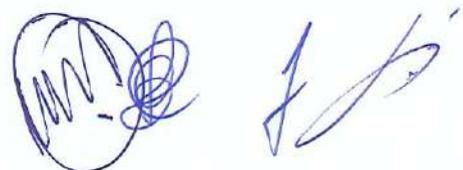
## Câmara Municipal de Curitiba

### ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E VINTE E UM, PELOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO.

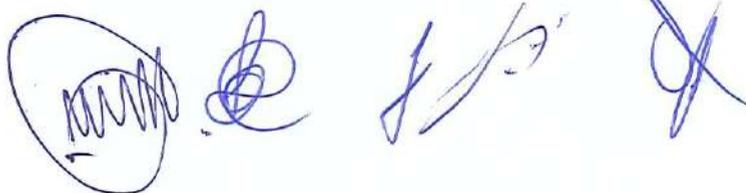
Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, conforme Edital de Convocação publicado aos três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, no Diário Oficial do Município de número 173, Ano X, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de dois mil e vinte e um. A Audiência Pública em sistema híbrido (presencial e online) foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Sergio R. B. Balaguer, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Flávia Francischini, Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete e Tito Zeglin. A senhora Aline Bogo, responsável pela Diretoria Contábil e Financeira da Câmara Municipal de Curitiba, procedeu a apresentação quanto à Gestão Fiscal do Poder Legislativo. O senhor Vitor Acir Puppi Stanislawczuk, Secretário Municipal de Finanças do Município de Curitiba, procedeu a apresentação a respeito dos relatórios do Poder Executivo. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Aproveitando para comunicar aos Vereadores e Vereadoras que hoje, às 14h, teremos a Sessão Extraordinária, com a pauta já publicada. Nela teremos o Pequeno Expediente que poderá ser utilizado pelos Vereadores para fazerem seus pronunciamentos. Encontram-se presentes 36 (trinta e seis) dos Srs. Vereadores, havendo quórum para a continuidade dos trabalhos. Conforme Requerimento nº 054.00010.2021, aprovado na Sessão híbrida de 15 de setembro de 2021, os horários reservados à Ordem do Dia, Grande Expedientes e Explicações Pessoais estão destinados à realização de Audiência Pública de apresentação do Relatório de Gestão das Finanças referente ao 2º quadrimestre de 2021. Convido a Comissão de Economia Finanças e Fiscalização para assumir os trabalhos iniciando a Audiência Pública, sob a presidência do Vereador Serginho do Posto. (Assume a Presidência da Audiência o Vereador Serginho do Posto). O SR. PRESIDENTE:- Bom dia a todos! Cumprimento o Sr. Presidente, Vereador Tico Kuzma, e em seu nome a todos os Vereadores, os membros da Comissão de Economia Finanças e Fiscalização, que é formada por este Vereador que preside a Comissão; Vereadora Indiara Barbosa,

Vice-Presidente, que secretariará esta Audiência; Vereadora Flávia Francischini; Vereador Hernani; Vereador João da 5 Irmãos; Vereador Jornalista Márcio Barros; Vereadora Professora Josete; Vereador Osias Moraes e; Vereador Tito Zeglin, nosso decano. De imediato passo a palavra a Vereadora Índiara Barbosa para que faça a leitura do edital de publicação. A SRA. SECRETÁRIA:- (Lê) Edital. "Edital de Audiência Pública. Audiência de prestação de contas, 2º quadrimestre de 2021, de Finanças. O presidente da Câmara Municipal de Curitiba comunica que a Comissão Permanente de Economia Finanças e Fiscalização, no uso de suas atribuições legais, realizará Audiência Pública no dia 29 de setembro de 2021, quarta-feira, às 9h, em Sessão plenária híbrida, virtual e presencial, de acordo com o previsto no IV do Art. 9º da Lei Complementar Federal 101 de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e Art. 62a da Lei Orgânica Municipal, para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2021. A Sessão será transmitida pelo canal do YouTube da Câmara Municipal de Curitiba. Palácio Rio Branco, 2 de setembro de 2021. Presidente Leônidas Edson Kuzma.". O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora. Declaramos aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para que os Poderes Executivo e Legislativo demonstrem e avaliem o cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2021. De acordo com o que determina o § 4º do Art. 9º da Lei Complementar Federal 101 de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 62a da Lei Orgânica, esta Audiência terá a duração de 2 (duas) horas. Iniciamos às 9h18min e devemos encerrar às 11h18min. Agradecemos a participação de representantes de associações que acompanham esta sessão, dos munícipes que estão acompanhando através dos canais de redes sociais e os Vereadores que estão presentes e on-line nesta sessão. Os trabalhos deverão obedecer ao seguinte roteiro: fará a explanação, no primeiro momento, da Sra. Aline Bogo, que é responsável pela diretoria contábil financeira da gestão do Poder Legislativo e faremos a concessão da palavra aos participantes para os comentários e sugestões, ou questionamentos. E, na sequência, a explanação do Sr. Secretário Vitor Puppi, que está a caminho para iniciarmos a segunda parte desta Audiência. Quero cumprimentar, e já estão presentes conosco, a Sra. Cristina Rios, assessora de Comunicação da Secretaria de Finanças; o Sr. Caio Zerbato, superintendente da Secretaria de Finanças do Município de Curitiba e; a Sra. Aline Bogo, que fará de imediato a sua apresentação das metas do Legislativo Municipal. Passo de imediato a palavra a Sra. Aline Bogo para que faça a sua apresentação. A SRA. ALINE BOGO:- Bom dia a todos! Quero cumprimentar o Vereador Serginho do Posto, responsável pela Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, e estender o cumprimento aos demais Vereadores, nossos servidores e todos os cidadãos que nos acompanham pelas redes sociais. Esta Audiência Pública tem o objetivo de demonstrar e avaliar as metas do 2º quadrimestre, período de janeiro a agosto do exercício de 2021, e demonstrar o resultado da nossa gestão até este momento. (Demonstração em slides) Esta Audiência, como o Presidente Serginho do Posto já comentou, tem o objetivo de demonstrar as metas fiscais do 2º quadrimestre do exercício de 2021, em cumprimento ao que pede a (M) Lei de Responsabilidade Fiscal e também a nossa Lei Orgânica, no Art. 62, onde foi incluída a obrigatoriedade da apresentação também pelo Poder Legislativo. Em relação, então, ao nosso orçamento, que foi fixado para o exercício de 2021, nós temos um orçamento fixado de cento e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta. Pode passar. O nosso orçamento máximo poderia ser de até duzentos e quatorze milhões, novecentos e quarenta e três mil, isso em relação à receita arrecadada do Município no exercício anterior, o exercício de 2020. Esse limite é calculado através do percentual de 4,5% das receitas de impostos e transferências constitucionais. Então, esse limite de 4,5% chegaria em duzentos e quatorze milhões, novecentos e quarenta e três mil, mas o orçamento fixado para esse exercício foi em torno de 3,10% do



limite, ficando então em cento e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta mil. Até o momento, nos oito meses, foram repassadas oito parcelas, pelo Poder Executivo para o Legislativo, que totalizam noventa e oito milhões, seiscentos e trinta e três mil. O total empenhado, até esse momento, até o segundo quadrimestre, totaliza um percentual de 57,11% do nosso orçamento, no valor de oitenta e quatro milhões, quinhentos e um mil, trezentos e quarenta e cinco. E o valor que foi liquidado até agosto, representando 50,97% do orçamento, num total de setenta e cinco milhões, quatrocentos e seis mil, cento e sessenta e oito. Em relação ao que foi transferido do Poder Legislativo para o Poder Executivo, então, todo mês o valor, que é o rendimento da aplicação financeira dos recursos que ficam depositados nas contas correntes da Câmara Municipal de Curitiba, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, todo mês o valor desse rendimento é repassado ao Município, para que ingresse como uma receita patrimonial do Município. Então, nesses oito meses, foi repassado um total de trezentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e nove à Prefeitura Municipal de Curitiba; também foi devolvido um valor referente a cancelamento de restos a pagar. Sempre, no início do ano, fazemos um levantamento de contratos que são feitos por estimativa e que não são executados no seu valor total, esses empenhos, então, são cancelados, e o valor é devolvido ao Executivo, totalizando, no primeiro e segundo quadrimestres, o valor de novecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta. Então, o total repassado à Prefeitura Municipal de Curitiba, nesses dois quadrimestres, foi de um milhão, trezentos e sete mil, cento e quarenta reais. Isso, então, receitas extraorçamentárias da Câmara Municipal de Curitiba. Em relação à nossa despesa, temos o nosso principal grupo de despesa, que é de pessoal e encargos sociais, que foi orçado um valor, para esse exercício, de cento e nove milhões, quinhentos e setenta mil, e foi executado até agosto o valor de sessenta e dois milhões, duzentos e doze mil, quinhentos e treze. Esse valor representa 73,62% do valor empenhado até agosto. Então, o valor empenhado de oitenta e quatro milhões, quinhentos e um representa os 100%, e o valor de pessoal e encargos sociais empenhado, de sessenta e dois milhões, duzentos e doze, representa 73,62% do realizado até o momento. Desse valor, nós temos as seguintes subdivisões: em vencimentos e vantagens fixas, que entram todas as vantagens recebidas, inclusive férias e 13º, no valor de quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, cento e quatro reais e noventa e cinco, até o segundo quadrimestre, representando 57,85% do valor empenhado; o valor de obrigações patronais, pagas pela Câmara tanto ao IPMC quanto ao ICS, e também ao INSS, no valor de dez milhões, seiscentos e quarenta e um mil, cento e treze, representando 12,59% do total empenhado; o valor pago com indenizações, as principais indenizações aqui são referentes a servidores que se aposentam e não usufruíram as suas licenças-prêmio, então o total de indenizações é dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta, até o segundo quadrimestre, representando 3,18% do valor empenhado; e outras despesas com pessoal, um valor menor, de mil, quinhentos e sessenta e quatro, que tem uma representação muito pequena, menos de 0,01%. Ainda sobre as despesas de pessoal, no valor total de sessenta e dois milhões, duzentos e doze, elas estão assim distribuídas: vencimentos e vantagens fixas, pessoal efetivo, aqui são servidores efetivos, num total de vinte e um milhões, duzentos e sessenta mil, cento e dezenove; subsídios, nós temos um total, nesses oito meses, de quatro milhões, novecentos e setenta e cinco mil e sete; vencimentos pagos aos servidores comissionados, um total de vinte e dois milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e setenta e oito; total de obrigações patronais, aqui abrangendo todos os servidores e Vereadores, num total de dez milhões, seiscentos e quarenta e um mil, cento e treze; valor pago com indenizações, dois milhões, seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta; e outras despesas com pessoal, um mil, quinhentos e sessenta e quatro, totalizando, esse grupo, então, sessenta e dois milhões, duzentos e doze mil, quinhentos e treze reais e quatorze. Aqui

representando um gráfico, né, a despesa de pessoal, onde temos, então, o valor gasto com efetivos, e aqui estão diluídas as obrigações patronais já dentro do grupo. Nós temos, com efetivos, então, um percentual gasto de 46,99%, 47% com efetivos; 43,46% com comissionados; e 9,55% com subsídios. Esse percentual é em relação ao grupo despesa de pessoal. No segundo grupo da despesa, que seriam as outras despesas correntes, nós temos um total orçado, para o ano, de vinte e nove milhões, oitocentos e oitenta. E, nesses dois quadrimestres, foi gasto, empenhado, um total de vinte e dois milhões e vinte e cinco. Isso representa, do total empenhado até o quadrimestre, 26,07%. Então, esse grupo está assim distribuído: nós temos, com benefícios assistenciais, aqui incluídos o auxílio-funeral, o auxílio-creche e o auxílio-saúde, um total de um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil, quinhentos e quarenta e um, gastos até o segundo quadrimestre, representando 1,71% da despesa empenhada; gastos com material de consumo, seiscentos e trinta e cinco mil, quinhentos e dezessete reais e noventa e dois, representando 0,75% do total empenhado até aqui; gastos com locação de mão de obra, são os serviços terceirizados, três milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, cento e noventa e um e trinta e três, representando 4,55% do valor empenhado; gastos com serviços na área de tecnologia da informação e comunicação, um total orçado de cinco milhões, e empenhado até o momento de quatro milhões, duzentos e quinze mil, duzentos e setenta e cinco, essa despesa representa 4,99% do total empenhado até aqui; outros serviços de terceiros, pessoa jurídica, então são serviços com exceção dos serviços de tecnologia, num total de seis milhões, seiscentos e vinte e três mil, seiscentos e nove, representando 7,84% do valor empenhado; o valor do aporte ao Instituto de Previdência do Município, para o equacionamento da dívida, num valor de cinco milhões, cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e seis, representando 6,09%; e outras despesas correntes, um valor aqui menor de cento e quatorze mil, seiscentos e trinta reais e vinte e sete, representando 0,14% do total empenhado até o segundo quadrimestre. Ainda o terceiro grupo, que seriam as despesas de capital, nos investimentos, nós temos um valor orçado para o exercício de oito milhões e quinhentos, e até o momento foram gastos duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e vinte reais e vinte e dois, isso representa 0,31% do valor empenhado até aqui. Esse gráfico traz, então, em percentuais, a nossa despesa empenhada no primeiro e segundo quadrimestres, totalizando oitenta e quatro milhões, quinhentos e um mil, trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro. Então, representando ali despesas de pessoal, 73,62%, em azul, essa fatia maior. A natureza do Legislativo é com pessoas, né, o gasto principal. O aporte ao IPMC, num percentual de 6,09%; benefícios assistenciais, em amarelo, 1,71%; o valor com locação de mão de obra, 4,55%; serviços de tecnologia da informação e comunicação, 4,99%; outros serviços de terceiros, 7,84%; bens de consumo, 0,75%; investimentos, 0,31%; e outras despesas, 0,14%. Nesses dois quadrimestres houve poucas viagens. No primeiro quadrimestre, não tivemos nenhuma. Mas agora, no segundo quadrimestre, tivemos algumas viagens. Esse slide traz, então, o total gasto com essas despesas, totalizando dez mil, cento e quarenta e seis reais e vinte e quatro, sendo que dois mil e quatrocentos são gastos com diárias; quatro mil, setecentos e setenta e seis foram gastos com passagens aéreas; mil, setecentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro são gastos de hospedagens; e mil e duzentos, gastos com inscrição em eventos. Nós temos um total, então, na ação que demonstra os gastos com Vereadores, de nove mil, quinhentos e oitenta e seis, e com servidores, quinhentos e sessenta reais. Em relação aos nossos restos a pagar, que foram inscritos ao início do exercício, e que vêm de exercícios anteriores, nós iniciamos o ano com um total inscrito de restos a pagar de nove milhões, cinquenta e nove mil. Desse total, nós pagamos, até o momento, seis milhões e trinta e quatro mil. Nós cancelamos, como demonstrei lá no primeiro slide, devolvemos ao Executivo, um total de novecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e cinquenta. Contratos que não são executados na



sua totalidade, muitas vezes porque são valores estimados, então, esse valor foi cancelado, restando ainda a pagar, de restos, dois milhões, setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco. Esse valor, a maior parte é referente à obra que está acontecendo no prédio central, entre o Anexo I e o Anexo II, que foi empenhada toda no exercício anterior, e uma parte é referente ao concurso com a Universidade Federal do Paraná, que ainda não foi finalizado, estamos esperando finalizar para fazer o pagamento da última parcela. Nesse slide, temos, então, os valores liquidados, agora, né? Eu estava demonstrando o valor empenhado, e aqui temos o valor liquidado, em que temos uma ideia melhor do gasto nos quadrimestres, porque, muitas vezes, no empenhado, às vezes tem contratos que já estão empenhados até dezembro. Então, eu trouxe aqui os principais contratos, até para cumprir o que pede ali a Lei Orgânica do Município. Temos um gasto, então, com os cartões de combustível, nos dois quadrimestres, de cento e três mil, duzentos e sessenta. Gastos com contratos com a Serpro; são dois contratos, um de computação em nuvem e o outro do e-mail utilizado pela Câmara, num total de cento e oitenta e dois mil, setecentos e noventa. Contrato de comunicação Voip, que são os aparelhos, a locação dos aparelhos que nós utilizamos, de cento e cinquenta e três mil, setecentos e trinta e seis. Contrato com a Copel, de energia elétrica, cento e noventa e cinco mil, setecentos e três, gasto nos dois quadrimestres. Contrato com o CIEE, Integração do Estágio Empresa-Escola, oitocentos e vinte e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e nove. Internet, são dois links, um com a empresa Oi, outro com a empresa Algar, totalizando, nos quadrimestres, cento e sessenta e oito mil, cento e trinta e seis. Licença de software, que são dois contratos maiores que nós temos, um com a empresa Elotech, que é o software utilizado de gestão pública, nós utilizamos, então, na contabilidade, licitações, folha, patrimônio, almoxarifado, frotas, e também um contrato com a IT sistemas, que é dos sistemas utilizados aqui, de votação no Plenário, totalizando, (L) então, com essas duas empresas, trezentos e quarenta e dois mil reais e novecentos e sessenta e um reais. Locação de computadores com a empresa Click TI, um contrato que liquidou, nesses dois quadrimestres, quinhentos e noventa e quatro mil, seiscentos e vinte e sete. Contrato de locação de impressoras com a empresa Simpress, no total de cento e trinta e três mil e cinco reais, liquidado até o quadrimestre. Contrato com a empresa WS Locadora de Veículos, a locação, então, de veículos para a Câmara, no total de quinhentos e quatro mil, duzentos e noventa e sete. Contrato de manutenção dos equipamentos utilizados no som aqui do Plenário, sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta. Contrato com a empresa Empac, de manutenção predial, que é responsável por todas as intervenções nos prédios, um milhão e oitenta e três mil. Manutenção do sistema de ar-condicionado central dos anexos I e II, que é o sistema VRV, noventa e um mil, centos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos. Contrato com a empresa Cena 2, operador de áudio e vídeo, noventa e nove mil, duzentos e sessenta e nove. Contrato com a empresas Smartwave, referente à rede sem fio, são locações de pontos de acesso para a nossa rede, cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e nove. Contrato com a Feneis, Federação Nacional de Surdos, para tradução em libras, noventa e quatro mil, quinhentos e setenta e dois. E um contrato com a empresa Access, de teleatendimento, dos telefones, cento e vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro. Nesse próximo slide, então, nós temos os gastos com contrato de locação de mão de obra, que são os serviços terceirizados, os três primeiros valores aqui demonstrados, apoio administrativo, copa e cozinha e limpeza, são da empresa Obra Prima, então, gastos com o pessoal que trabalha no apoio administrativo, temos um total empenhado de cento e noventa e dois mil, duzentos e três. Servidores que trabalham na copa e cozinha, cento e sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis, servidores que trabalham com a limpeza, seiscentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e seis, e um outro contato com a empresa Embrasil, de vigilância, totalizando valor liquidado nos dois quadrimestres,

um milhão, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e cinquenta. Ainda em relação às nossas obras, então, essas obras foram liquidadas nesse exercício, mas elas foram empenhadas no exercício anterior. Então, a obra de troca de cobertura e as reformas no prédio do pátio, valor liquidado nesses dois quadrimestres, novecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e sessenta e um, e a troca das instalações elétricas e de lógica, três milhões, duzentos e sessenta e seis mil e duzentos e seis reais. Esse é o valor liquidado nesses dois quadrimestres. A partir do próximo slide, então, vamos demonstrar os índices que a Câmara tem atingido em relação aos limites constitucionais. De acordo com a Emenda Constitucional 25, do ano de 2000, ela estabeleceu, então, um limite de 70%, que é o gasto que o Poder Legislativo pode ter em relação a sua receita com folha de pagamento. Entendemos, assim como o Tribunal de Contas entende, que o orçamento, a receita, nesse caso, seria o orçamento máximo permitido. Que no caso, então, é duzentos e quatorze mil, novecentos e quarenta e seis mil, setecentos e vinte e três. Se formos considerar, então, 70% desse valor, nós poderíamos, nesse exercício, chegar até cento e cinquenta milhões, quatrocentos e sessenta mil com gastos com folha de pagamento. Então, seria despesa de pessoal, com exceção das obrigações patronais. Seria só o gasto com a folha de pagamento em si. Até o segundo quadrimestre nós gastamos cinquenta e um milhões, quinhentos e setenta e um mil e trezentos e noventa e nove, então, atingindo percentual de 23,99%. Nós temos ainda o terceiro quadrimestre, porém, não vamos chegar até o limite de 70%. Acredito que chegaremos aí até uns 40%, sendo que no último quadrimestre a despesa com pessoal é um pouco maior, porque temos a questão do 13º. No próximo slide nós temos, então, a limitação em relação à Lei Complementar 101, de 2000, que a Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabeleceu que da receita corrente líquida do Município, para o Poder Legislativo pode ser gasto 6% com despesa de pessoal. De 60%, então, 54% é o limite do Executivo e 6% o limite do Legislativo. No próximo slide, então, nós temos o gasto com despesa de pessoal nos últimos doze meses. Esse demonstrativo considera a receita e a despesa móvel, então, aqui nós temos uma comparação que representa o período que vem de setembro de 2020 até agosto de 2021. Nós temos um total de despesa bruta com pessoal de cento e sessenta e dois milhões, duzentos e trinta e nove mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e quatro. Porém, aqui eu quero alertar pelo seguinte: vejam que nós temos, na linha em laranja, o gasto com pessoal inativo e pensionistas, que totaliza sessenta e dois milhões, noventa e sete mil, novecentos e sessenta e nove e setenta e cinco. Por que nesse relatório agora nós trazemos, também, o valor gasto com inativos e pensionistas? Porque nós temos uma alteração que foi estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal pela Lei complementar 178, então, essa lei determina agora que tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo têm que demonstrar os gastos, também, com seus inativos e pensionistas. Por isso que esse quadrimestre vai parecer que a nossa despesa está bem maior, mas, na verdade, é que nós estamos incluindo nesse relatório, então, os gastos com inativos e pensionistas. Observem que tanto o valor que acrescentamos ali de pessoal inativo, depois deduzimos como despesas não computadas. Então, na despesa líquida com pessoal, que é o valor que usamos para compor o índice, então, esse valor com inativos e pensionistas não é computado. Então, nós temos um total com pessoal ativo de cem milhões, cento e quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta e nove, com inativos sessenta e dois milhões, noventa e sete mil, novecentos e sessenta e nove. E depois nós temos as despesas não computadas, que repetimos, então, as despesas com inativos e pensionistas, e ainda o valor pago pelo Legislativo de indenizações, que representa três milhões, quinhentos e oito mil, quinhentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos. Então, a despesa líquida, nesses últimos doze meses, considerando setembro de 2020 a agosto de 2021, totalizou noventa e seis milhões, seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e dois e oitenta. No próximo slide, então, trazemos a



receita corrente líquida, valor calculado, então, pela Prefeitura Municipal de Curitiba, é receita do Município, receita corrente líquida nesse exercício móvel, nos últimos doze meses fechou, então, em oito bilhões, duzentos e oitenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte. Tem as deduções referentes às transferências obrigatórias da União, relativas às emendas individuais, de cem mil. Tem também, conforme aprovada na Lei Complementar, Lei de Responsabilidade Fiscal do Município, a dedução da receita de serviço do sistema de transporte coletivo, de quatrocentos e setenta e set milhões, quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois, e também as transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancadas, que também são deduzidos do valor total da receita corrente líquida, deduzidos, então, seis milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, cento e vinte e seis. Trazendo, então, uma receita corrente líquida ajustada, que é a receita que utilizamos para compor o índice de sete bilhões, oitocentos e cinco milhões, trezentos e sete mil e duzentos e quarenta e um. Considerando, então, essa receita corrente líquida ajustada e a despesa líquida de pessoal do Legislativo, de noventa e seis milhões, seiscentos e trinta e dois, nós temos, então, o percentual de 1,24% em relação à receita corrente líquida, quando o valor máximo seria de 6%. Para concluir, no último slide, nós temos o comportamento, então, desse índice, nós vemos que ele vem diminuindo, é o nosso índice de despesa com pessoal em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, só no terceiro quadrimestre de 2020 teve um acréscimo em relação à natureza desse quadrimestre do exercício 2020, que era o final de legislatura, e temos uma despesa de folha de pagamento que é maior. Então, no geral nós verificamos que o índice vem caindo. No segundo quadrimestre de 2019 estava em 1,38%, no segundo quadrimestre de 2020, 1,29%, e agora nós temos um índice, então, de 1,24%. Eram essas as informações que eu queria trazer, agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição para as dúvidas. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a explanação da Sra. Aline. Os Vereadores que desejarem fazer questionamentos à Sra. Aline, que se inscrevam pelo sistema. Sendo que a preferência é pelos Vereadores que compõem a Comissão de Finanças e Fiscalização. Peço alguns minutos para que os Vereadores se inscrevam, por gentileza. Concedemos a palavra à Vereadora Noemia Rocha. A SRA. NOEMIA ROCHA:- Obrigada, Sr. Presidente desta Comissão, Vereador Serginho do Posto. Bom dia, Vereadores. Quero parabenizar a Aline e toda sua equipe pela explanação muito bem feita. A minha pergunta, talvez me passou e eu queria rever um pouquinho, nós temos um percentual de repasse da Prefeitura para a Câmara, um orçamento de cento e quarenta e sete milhões que, diga-se de passagem, é maior do que o Tribunal de Contas. O percentual continua vindo aquele valor estimado ou está vindo a menos? Para entender. Em relação ao duodécimo também, o duodécimo está sendo devolvido para o Executivo normalmente, ou estamos tendo uma definição, enquanto Casa, como tivemos na época de repasse aos hospitais? Essa é a outra pergunta. Uma outra pergunta, são três perguntas, Aline, na sua explanação estava lá: outros serviços jurídicos, quase sete milhões. Eu queria que você pudesse descrever o que exatamente é isso, considerando que temos uma Procuradoria Jurídica. São essas as perguntas. Parabéns pelo seu trabalho. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Tico Kuzma. O SR. TICO KUZMA:- Obrigada, Presidente da Comissão de Economia, Vereador Serginho do Posto, cumprimento todos os membros da Comissão de Economia, Vereadora Indiara, Vice-Presidente da Comissão, cumprimento a Aline, parabéns pela explanação, também cumprimento o Secretário Vitor Puppi, que já está conosco, obrigado pela presença presencialmente aqui na Câmara Municipal. Tenho certeza que será uma boa audiência com apresentação das contas, importante para os Vereadores terem conhecimento. Então, Aline, quero cumprimentar você e todos os servidores da Câmara Municipal, em seu nome e em nome da nossa diretora geral, a

Jussana, parabéns, mais uma vez, pela explicação, sempre traz todos os dados para que os Vereadores possam ter essa atenção. Então, nesse sentido, Presidente Serginho, é só para cumprimentar a Aline e todos os servidores da Câmara Municipal, (K) em nome da Aline, em nome da Jussana, pelo trabalho desenvolvido até aqui. Muito obrigado. Em meu nome, em nome da Mesa Diretora, agradecemos a todos vocês. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço, Sr. Presidente. Eu gostaria de registrar a presença da Sra. Jussana, Diretora Geral deste Legislativo. Com a palavra a Vereadora Indiara Barbosa. A Sra. Indiara Barbosa:- Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a todos. Eu gostaria apenas de cumprimentar a Aline pela apresentação, a Jussana pela direção, e o Presidente Tico Kuzma. Observei atentamente os gastos, e confesso que às vezes nos assustamos um pouco com alguns valores, principalmente estando aqui no primeiro ano. Então, quando vemos ali sessenta e dois milhões de gasto com aposentados, sessenta milhões em folha de pagamento, um milhão de manutenção predial, um milhão com estágios, enfim, tem alguns valores que parecem muito altos. De qualquer forma, eu sei que vocês estão trabalhando dia a dia, inclusive para revisar esses custos, reduzir esses custos, desde que o Presidente assumiu. No Colégio de Líderes também ressalto que sempre estamos discutindo isso, os gastos relevantes que serão feitos são discutidos com os líderes, com os demais Vereadores, para sempre pensar numa gestão eficiente. Acho que isso é muito importante. Vemos, de certa forma, o índice reduzindo também, acho que demonstra isso, vemos que historicamente a Câmara também gasta menos do que o permitido pela legislação. Mas, eu confesso ainda que alguns gastos nos assustam, porque parecem muito altos. E lembramos todo dia que essa é a estrutura da Câmara, é o trabalho que estamos fazendo aqui, que é muito importante, mas é importante ter sempre em mente essa questão da gestão. Agradeço pela apresentação e pelo trabalho. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Sra. Aline Bogo. A SRA. ALINE BOGO:- Agradeço os cumprimentos do nosso Presidente, tendo que o nosso trabalho só é possível com todo apoio que temos da nossa Diretora Geral, também do DAF e de toda a minha equipe, que é muito responsável. Quero também cumprimentar e dar as boas-vindas ao nosso Secretário Vitor Puppi. Eu sei que também toda a sua equipe está assistindo pelo YouTube. A equipe da Prefeitura também está sempre muito pronta quando temos alguma dúvida. Respondendo então as perguntas da Vereadora Noemia Rocha, agradeço as perguntas, é sempre importante para debatermos ainda mais. Em relação ao percentual de que a Câmara tem direito em relação a receita do Município, que é a receita computada no exercício 2020, a lei estabelece que nós poderíamos chegar um percentual de até 4,5% de algumas receitas, não são todas. Então, são as receitas de impostos, as receitas de transferências constitucionais e receitas de dívida ativa. Esse percentual, dificilmente ao longo dos anos é atingido. Como não é necessário que venha o valor de 4,5%, o orçamento é fixado geralmente num percentual menor. Para o exercício de 2021 ele foi fixado em 3,1%. Os cento e quarenta e sete milhões, novecentos e cinquenta representam 3,1% dessas receitas que comentei. Tendo sido fixado esse orçamento, a Prefeitura tem repassado um doze avos mensalmente, até o dia 20, como estabelece a legislação, e não houveram reduções do orçamento nesse exercício. O valor vem sendo repassado todo mês, conforme determina a legislação. Ainda sobre o valor perguntado de outros serviços de terceiros, na verdade, eu não sei se eu coloquei errado ali no slide, ou eu falei errado, mas seria pessoa jurídica, porque nós temos um elemento de despesa que o Tribunal considera serviços de terceiros pessoa física e outras que são serviços de terceiros pessoa jurídica. Então, todo contrato de serviço que é com empresas, entra aí a locação de veículos, a manutenção predial, contratos de manutenção, de mobiliário, de equipamentos, vários contratos entram como outros serviços de terceiros pessoa jurídica. Todos os serviços que não são de tecnologia da informação e comunicação, que foi separado em outro elemento de despesa, estão concluídos nesse elemento de despesa que é

outros serviços de terceiros pessoa jurídica. O SR. PRESIDENTE:- No próximo bloco temos inscrito o Vereador Denian Couto, a quem passo a palavra. O Sr. Denian Couto:- Agradeço, Presidente Serginho. Cumprimento todos os colegas Vereadores e as colegas Vereadoras. Cumprimento a servidora Aline e a parabenizo pela apresentação. A minha pergunta é muito objetiva, no que toca a questão do gasto com combustível. Gostaria de saber quanto a Câmara Municipal gastou em combustível para os carros, de janeiro até agora. Agradeço, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Não vejo mais Vereadores inscritos pelo sistema. De imediato, passo a devolutiva para a Aline, para que ela responda ao Vereador Denian. Eu vou fazer apenas uma sugestão, entendendo que a apresentação da Aline tem sido sempre de forma muito técnica, atendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal e também as resoluções do Tribunal de Contas. A única sugestão, Aline, seria, de fato, quando nós tivermos os pagamentos a terceiros, pessoas jurídicas, se pudéssemos, até vou pedir para que a Comissão de Finanças possa encaminhar à Diretoria, alguma informação desses fornecedores, só para que fique de forma mais transparente. Talvez, elencando os maiores gastos com pagamento de pessoa jurídica, de terceiros. É a única observação. Mas eu queria parabenizar você e toda a equipe pela responsabilidade que tem frente a Diretora de Finanças, em todos os anos da sua gestão têm sido aprovadas suas contas no Tribunal de Contas, de forma excelente. Então, eu gostaria de parabenizá-la também frente a essa Diretoria. Passo a palavra à Aline. A SRA. ALINE BOGO:- Em relação à pergunta do Vereador Denian Couto, nós temos um contrato com a empresa Prime, que administra os cartões de combustível. Esse contrato foi feito inicialmente prevendo o gasto para cinquenta veículos, mas durante o exercício houve a redução desses veículos. Hoje temos vinte e nove veículos locados, e o valor gasto em oito meses, foi liquidado o valor de cento e três mil, duzentos e sessenta reais e trinta e seis centavos. Esse foi o valor gasto nos dois quadrimestres. Ainda em relação à sugestão do Vereador Serginho, agradeço as palavras. Aproveito aqui, só para concluir, alguns dos contratos que eu trouxe, os valores liquidados estão encaixados dentro desse elemento de despesa, que o Tribunal chama de "outros serviços de terceiros - pessoa jurídica". Nós temos, por exemplo, a energia elétrica, o gasto com água e esgoto também estão dentro desse elemento de despesa, os nossos estagiários, a locação de veículos, a manutenção dos equipamentos de som, manutenção predial, manutenção dos aparelhos de ar-condicionado, gastos com operador de áudio e vídeo, gasto com a tradução para Libras e também o teleatendimento. Todos esses contratos estão dentro desse elemento de despesa. O SR. PRESIDENTE:- Mais uma vez, agradecemos a presença da Sra. Aline Bogo. Em seu nome, agradecemos e pedimos que transmita as nossas saudações a todos os servidores que compõem essa Diretoria. Já está conosco o Secretário Municipal de Finanças do Município de Curitiba, Sr. Vitor Puppi, que a partir desse momento fará a sua explanação e apresentação do segundo quadrimestre do ano de 2021. Com a palavra o Secretário Vitor Puppi. O SR. VITOR PUPPI:- Exmo. Sr. Presidente, Vereador Serginho do Posto, bom dia, em nome de quem cumprimento todos os membros desta Comissão; Exmo. Presidente desta Casa, Vereador Tico Kuzma. Quero cumprimentar todas as Vereadoras e Vereadores que estão presencialmente conosco, também aqueles estão on-line, todos os servidores desta Casa, os servidores da Prefeitura Municipal de Curitiba, em especial a Diretora Aline, que sempre me antecede nessa fala. Já é a décima quarta apresentação de prestação de contas, audiência pública de prestação de contas que fazemos em conjunto. Quero agradecer a Secretaria de Planejamento e Finanças e Orçamento do Município de Curitiba, na figura do Caio Zerbato, que está aqui conosco, nosso Superintendente Técnico, e todos os demais servidores da nossa equipe. Não sei se a apresentação já está aí pronta. Eu queria começar chamando atenção para um tema que eu já mencionei aqui algumas vezes, que diz respeito ao ICMS. O Município de Curitiba tem algumas receitas que recebe de

transferências, entre elas, a maior e mais importante é a cota-parte do ICMS. Então, 25% de tudo que o Estado arrecada é dividido entre os municípios do Estado do Paraná. Curitiba tem uma participação importante nesse bolo tributário, mas vem diminuindo os valores que recebe, vem decrescendo ao longo do tempo. Então, nós vamos mostrar, fizemos um estudo de fôlego na Secretaria, um tema que eu venho trazendo a esta Casa já há alguns anos, e conseguimos fazer um estudo englobando todos os municípios do Brasil. Não é uma base pronta, nós fomos minerar dados, fomos buscar os dados do Finbra, da Secretaria do Tesouro Nacional, enfim, de todos os órgãos que nos disponibilizam, justamente porque existe hoje uma janela de oportunidade para que essa situação seja alterada. Foi, em 2020, promulgada a Emenda Constitucional 108, e ela altera o critério de distribuição do ICMS. Como é hoje esse critério de distribuição do ICMS? 75% é um valor fixo, que se chama valor adicionado, que é nada mais, nada menos, do que a atividade de comércio e indústria que existe em determinado local. Os 25% restantes são definidos pelo ente estadual, por meio de uma lei estadual. O Paraná tem uma lei e regula esse critério dos 25%. Adianto desde já que esse critério é desfavorável para os grandes centros urbanos. O critério é favorável para os municípios menores, para os centros rurais e para a população rural, em detrimento dos centros urbanos. Mas isso pode mudar, isso terá que mudar, porque a Emenda 108 estabelece um prazo até 26 de agosto de 2022 para que esse critério seja alterado. Então, nós teremos nesse novo desenho constitucional, 65% de aplicação mínima do valor adicionado, e os outros 35% regulados pelo ente estadual. Mas, a exemplo de uma experiência que se provou frutífera no Estado do Ceará, 10% serão destinados de acordo com os índices de educação. Então, aqueles municípios que apresentarem melhorias no índice educação serão privilegiados com um valor a mais no ICMS. Vamos para os dados que nós levantamos na Secretaria de Finanças. Aqui estão todos os municípios do Brasil. Dividimos em faixas de população: até vinte mil habitantes; de vinte a cinquenta mil habitantes; de cinquenta a cem mil habitantes; de cem a duzentos mil habitantes; de duzentos a quinhentos mil habitantes; acima de quinhentos mil habitantes; e um corte específico nas capitais. Então, percebam que desde 2010 nós temos períodos de aumento do crescimento dessa cota-parte do ICMS, períodos em que o Brasil de alguma forma cresceu, a arrecadação cresceu, e períodos de decréscimo, como esse que vivemos em 2020. E percebam que, nos períodos de acréscimo, os pequenos (V) municípios sobem muito. Então, sobem lá, até vinte mil habitantes, 6,4%, em 2010, 2013, enquanto que as capitais, vou focar nas capitais, sobem, mas sobem menos. Em 2013, subiram, entre 2010 e 2013, 4%. Já é uma diferença que pode parecer pouca, mas de 4% para 6% é bastante coisa, do ponto de vista percentual. Aí, nos decréscimos, quem cai mais são sempre os grandes municípios, em especial as capitais. Então, as capitais caíram entre 2014 e 2016, 6,5%, e depois voltaram a subir de 2017 a 2019, mas apenas 1,4%, enquanto que os pequenos municípios subiram 4,7%, 4,4%. E, aí, se vê bem na arrecadação do ano da pandemia, de 2020, do primeiro ano da pandemia, que as capitais perderam de volta muito, 6%, enquanto que os pequenos municípios perderam menos. Vamos passar para o próximo, que depois faço o fecho. Para se ter uma ideia do que isso significa do ponto de vista per capita, ou seja, por habitante em reais, em 2010 e em 2020, em 2010 as cidades até vinte mil habitantes tinham lá, recebiam por habitante, em média, setecentos e vinte e nove reais. Em 2020, receberam novecentos e dezessete reais e setenta e sete centavos por habitante. E assim vai com as cidades. Dá para perceber facilmente que as cidades maiores têm um decréscimo ao longo desse período. Se pegarmos as capitais, a média das capitais do País, recebiam, em 2010, quinhentos e quarenta reais e noventa e dois centavos por habitante, e hoje recebem quatrocentos e sessenta e oito reais e oito centavos por habitante, o que obviamente já é contraditório do ponto de vista da prestação de serviços públicos. Porque quem presta os serviços à população, não só da capital, mas também da



Região Metropolitana, são os grandes centros urbanos, são as capitais. E são as capitais que hoje recebem menos. Já adianto a lhes dizer que Curitiba é a segunda Capital do País que mais caiu na distribuição do ICMS no Brasil, entre 2010 e 2020. Só perdemos para Macapá, provavelmente em razão de alguma distorção, Macapá é uma cidade muito menor, obviamente. Mas Curitiba, em termos de grandes cidades, vamos dizer assim, é a que mais perdeu no Brasil em termos de ICMS, distribuído aqui no nosso caso pelo Estado do Paraná. Pode passar para a próxima. Então, aqui, é para se ter uma ideia do nosso cenário local, como estamos posicionados. Curitiba é a Cidade que mais arrecada, a que mais contribui para a arrecadação do ICMS, mas no retorno por habitante está em trigésimo quinquagésimo terceiro lugar, entre os trezentos e noventa e nove municípios do Estado do Paraná. É um dado bastante alarmante, ou seja, somos o primeiro, somos o que mais gera recursos para o Estado, do ponto de vista do ICMS, mas estamos lá na rabeira de quem menos arrecada, menos recebe por habitante. Aí, vem Araucária, que obviamente, em razão da refinaria, recebe, já arrecada, está em segundo lugar em nível de arrecadação, e em terceiro lugar no nível de distribuição. Daí, vêm outras cidades. E percebam que, quem mais arrecada, do ponto de vista per capita, por cabeça, são os municípios pequenos: Saudade do Iguaçu; Alto Paraíso; Araucária, que não é um município pequeno, mas tem essa distorção com relação à refinaria; Serranópolis; Iguaçu e Maripá. Primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto lugares do ponto de vista do recebimento por habitante. Ou seja, nós mais contribuímos e menos recebemos. Isso precisa mudar, e há uma janela para essa mudança. Vamos passar para o próximo. Então, para se ter mais uma ideia, de cada mil reais que o Estado distribui da cota-parte do ICMS, Curitiba recebe um real e seis centavos. E como é a distribuição para esses outros municípios? Saudade do Iguaçu recebe quinze reais e trinta e três centavos a cada mil reais que o Estado distribui; Alto Paraíso, onze reais e trinta e quatro; Araucária. E, aí, estamos ali junto com, acho que está ali, na tela não dá para ver, mas quem está junto com Curitiba, bem no canto direito, é Londrina, Maringá e Curitiba. Ou seja, grandes municípios do Estado recebem menos do ponto de vista proporcional. Já disse isso, é uma distorção grave, porque os grandes centros prestam mais serviços públicos. Pode passar. Aí, Londrina, Curitiba e Maringá: um real e dezesseis; um real e seis; e noventa e um centavos. Londrina numa situação ainda pior, do ponto de vista per capita, do que Curitiba. Bom, aí, do ponto de vista de Curitiba, desde 2013, sempre apresentamos esse dado, esse é o índice que a Secretaria da Fazenda do Estado calcula para repartir o ICMS no Estado do Paraná. Então, tínhamos aí 0,14 em 2013, caímos 38,25% nesse período, estamos em 0,08, então 38,25%. O que significam esses 38,25% em termos de valores, de recursos? É a próxima tela. Isso, para nós, para Curitiba, nesse período, significou um, vírgula quatro bilhão de reais a menos que o Município recebeu, em razão desse decréscimo do índice nesse período. Aí, se vê, por exercício, o quanto que fomos perdendo nessa escada desfavorável ao Município. Começamos com quarenta e perdemos aí, em 2020, em razão da queda do índice, trezentos e quarenta e nove milhões de reais, se tivéssemos mantido o índice de 2013. E não é só isso, o Estado às vezes lança mão de alternativas com o ICMS, que acabam às vezes prejudicando os municípios. O Estado lançou, em 2015, o Fundo de Combate à Pobreza. O que é esse Fundo de Combate à Pobreza? Uma parte do ICMS de produtos, vamos chamar de supérfluos, ou não essenciais, é destinada a esse fundo, que tem um objetivo específico, um objetivo bastante nobre. Mas esse dinheiro não vem para os municípios, esse dinheiro é destacado na origem e não compõe a base dos 25% que é distribuída para os municípios. É um dinheiro que fica com aplicação exclusiva do Estado. Aí está em relação aos valores: quatrocentos e setenta e cinco milhões a menos para os municípios; e Curitiba, cinquenta e um milhões. Pode passar para a próxima, que é uma situação que chama a atenção. Em 2021, foi mudada a regra desse Fundo de Combate à Pobreza, e passou a se considerar como componente dessa distribuição o

ICMS que incide sobre produtos essenciais, as maiores arrecadações do Estado: energia, comunicações e veículos. Ou seja, o Estado tirou um percentual de 2% dessa arrecadação e destinou para esse fundo. Só que esses 2%, 25%, lembrem-se, pertencem aos municípios. Aí é mais uma perda para as cidades. Curitiba, por ano, perde em torno, esse valor com certeza subiu, até em razão dos custos, da base de cálculo de energia, que, assim como os combustíveis, só sobe, em torno de 3,5 a 4 milhões de reais por ano. O Município, por meio da Procuradoria Geral, entrou com uma ação questionando essa modificação legal, e aguarda uma decisão agora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Mas são questões que impactam na nossa arrecadação, impactam na nossa previsibilidade, e, mais do que isso, mostram que Curitiba caminha e tem que caminhar cada vez mais com as suas próprias pernas. Dependemos da arrecadação própria, dependemos do ISS, dependemos do IPTU, dependemos do ITBI, que são as nossas fontes próprias de arrecadação. Pode passar. E aí também, para trazer a V.Exas. um cenário importante, o que é o impacto da reforma tributária para o Município de Curitiba. Quando digo reforma tributária, vamos dizer dois temas. O primeiro, essa reforma do Imposto de Renda, que foi aprovada na Câmara dos Deputados e está hoje no Senado, e o segundo, a reforma tributária "ampla", entre aspas, porque de ampla pouco tem, mas é a reforma que tramita no Senado, a PEC 110. E o que significa isso para os municípios? Pode passar. Então, nós imaginamos, esses cálculos são do Consezaf, ou seja, do Conselho dos Secretários do Estado da Fazenda, e também da CNM, da Confederação Nacional dos Municípios, que os municípios vão perder em torno de nove, vírgula três bilhões de reais com a reforma do Imposto de Renda. Para Curitiba, o nosso impacto é bastante significativo. Estamos imaginando que vamos deixar de receber em torno de oitenta e três milhões de reais com a reforma do Imposto de Renda, se o Senado aprovar dessa forma. Aí, você pode perguntar: "Mas então, no Brasil, não se pode fazer nada sem combinar com Estados e municípios?" Não é bem assim. Porque o Governo Federal propôs reduzir a alíquota do Imposto de Renda, em que 22,5% desse Imposto de Renda pertence aos municípios. O Governo Federal não propôs, por outro lado, reduzir a alíquota da contribuição social sobre o lucro, que tem a mesma base de cálculo do Imposto de Renda, mas não é dividida com os municípios. Ou seja, é uma reforma, obviamente, com o chapéu alheio. O cooperativismo fiscal, vamos chamar assim, é extremamente prejudicado no Brasil. O fato é que se faz reformas, seja no âmbito federal, seja no âmbito estadual, e os municípios geralmente não são convidados, vamos dizer assim, a fazerem as suas proposições. Simplesmente se faz, assim como foi com o IPI, assim como foi com outros tributos, e depois se vê o que acontece no País. Não pode ser assim porque nos afeta demais do ponto de vista da previsibilidade. O orçamento público é previsibilidade. Orçamento público sem previsibilidade, nós simplesmente apagamos o incêndio. Era assim que estávamos antes, nos anos anteriores, em 2017, quando assumimos; conseguimos reverter isso com o plano que foi aprovado nesta Câmara. Mas essas situações são traumáticas. Vejam que oitenta e três, vírgula quatro milhões de reais é um volume muito significativo de recursos. É mais ou menos o que a Câmara está discutindo em relação à complementação desse auxílio ao transporte público, que vamos falar mais adiante. Pode passar para a próxima. Aí, a outra etapa da reforma tributária. No Brasil, se defende muito a questão do imposto único. Então, como se o imposto único fosse uma solução: "Vamos simplificar e ter um imposto só no Brasil sobre a base do consumo", como se isso resolvesse todos os problemas do País. Não é verdade. O imposto único, na verdade, criaria um desequilíbrio na federação, porque teríamos aí os Estados amarrados com a União. Então, imaginem, os Estados que não se entendem no Confaz, historicamente temos problemas entre os Secretários de Fazenda dos Estados, com guerra fiscal, benefícios fiscais, aí chamaríamos a União, junto com os Estados, e mais os cinco mil, quinhentos e setenta municípios, para tratar de um

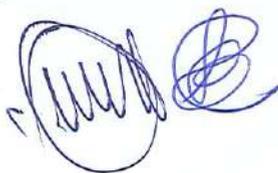
imposto único. Não tem como dar certo. Não tem como dar certo. E por que os Estados estão interessados no Imposto Sobre Serviços? Esse gráfico mostra bem, a linha vermelha é a evolução do setor de serviços. Esse dado é de 2010 até 2018, certamente hoje ainda é maior, essa boca do Jacaré está abrindo ainda mais. Então, a linha vermelha significa qual a base dos serviços. A linha mais escura significa a base da indústria no PIB. Então, é claro que os serviços cada vez vão gerar mais divisas para os entes públicos. No caso, os municípios têm essa base. Então, os Estados têm forçado essa reforma tributária justamente para terem a base do ISS dos municípios. Lembrem-se o que está acontecendo com relação ao ICMS aqui em Curitiba, do ponto de vista de perda de arrecadação da Cidade, de benefícios fiscais, sem consulta prévia, vamos chamar assim, aos municípios. Imaginem só agora os municípios terem que discutir com os Estados o seu principal tributo, o ISS. Seria muito ruim para o País, do ponto de vista de descentralização, teríamos, cada vez mais, uma federação centralizada na União, em especial. Não nos enganemos, a União exerce o seu poder. É assim no Comitê Gestor, vou dar um exemplo, do Simples Nacional. Eu fui membro do Comitê Gestor do Simples Nacional no País, e as decisões são: cinco votos da Receita Federal, quatro na verdade, um é da presidência; dois dos municípios e dois dos Estados; e é claro que a Receita Federal vota em bloco. Não vai haver discordância entre os membros da Receita Federal. Então, os municípios e os Estados, quando conversam, porque existe uma divergência também entre grandes municípios e pequenos municípios, inclusive de representação, é difícil chegar a um acordo. Então, é preciso ter em mente que essa reforma que se propõe, nem mesmo para o contribuinte é benéfica, porque vai ter uma alíquota muito maior do que a que paga hoje. O setor de serviços, que hoje paga de 2% a 5%, passará a pagar em torno de 25%, no mínimo, caso essas propostas sejam aprovadas. Não dá para, no Brasil, aprovarmos uma reforma e depois ver como vai ser arrumada. Não é possível que cometamos aí esse erro histórico no País. Pode passar. Vamos passar para os cenários agora um pouco da Prefeitura de Curitiba. Pode passar. Então, alguns projetos nossos na Secretaria de Finanças, e aqui eu trago uma medida que foi aprovada aqui na Câmara Municipal, que diz respeito à modernização do Conselho de Contribuintes do Município de Curitiba. Hoje, o Conselho é composto por auditores fiscais, junto com procuradores do Município e membros da iniciativa privada. Tivemos aí um acréscimo, graças ao trabalho dos procuradores e dos auditores, de 142% no nosso número (T) de julgamentos. Então, tínhamos um estoque considerável de recursos, e isso vem diminuindo com essa iniciativa que foi aprovada aqui na Câmara, em especial a inserção dos Auditores Fiscais no Conselho de Contribuintes. (Próximo slide). Eu quero falar um pouco da junta que nós mexemos em 2017. Antes, no Município, nós tínhamos julgamentos tributários de primeira instância de uma forma um pouco diferente. Então, o contribuinte recorria e esse processo ia ser julgado na Procuradoria Geral do Município. Nós mudamos isso, e trouxemos para uma junta de julgamento tributário. Os processos demoravam três, quatro anos para serem julgados, às vezes, em primeira instância, e depois ainda caminhavam para o Conselho de Contribuintes. Então, nós tínhamos um estoque de quase dois mil processos em 2018, hoje o nosso estoque é praticamente zero, o processo entra e é julgado. Nós conseguimos dar muito mais agilidade do ponto de vista de rapidez, de eficiência, no julgamento das discussões tributárias pelo contribuinte no Município. É claro que nem todos os contribuintes saem vitoriosos, isso é natural, mas pelo menos tem uma decisão mais rápida, para garantir ao contribuinte, se quiser, inclusive o acesso judicial. (Próximo slide). Aí, uma bandeira que sempre foi do Prefeito Rafael Greca, da Cidade Digital. Nós, hoje, transformamos, todos os serviços da Secretaria de Finanças são digitais; 100%, hoje, dos serviços que o contribuinte tem acesso, na Secretaria de Finanças, revisão de IPTU, pedido de guias de ITBI, autuações e respostas de ISS, alvarás, tudo isso hoje é digital. Nós

estamos acabando finalmente com o papel na Prefeitura. É claro que a pandemia acelerou esse processo. Então, nós começamos em 2018 com agendamento on-line, aí liberamos várias atividades em 2020 de exigências de alvará, criamos o Procec, o nosso protocolo de serviço eletrônico, em setembro de 2020, inserimos no serviço do 156 o ISS, e aí, também em 2020, tomamos outras providências de facilitação, que culminou em 2021 com as certidões. Então, hoje, se o contribuinte precisa de uma certidão no Município de Curitiba, ele o faz de forma on-line. Antes o Município tinha que, manualmente, emitir quinze mil certidões. Então, nós tínhamos um servidor, às vezes, claro, não só um, para verificar certidões, verificar os requisitos e fazer a emissão manual dessas certidões. Hoje, é 100% digital, sai em poucos segundos a certidão negativa de tributos. Então, é uma evolução, facilita a vida do contribuinte. Eu acho que é para isso, evidentemente, que nós estamos lá, para facilitar a vida do contribuinte. (Próximo slide). Aí, eu queria, não é para começar com esse, mas vamos começar por esse. Nós temos, em Curitiba, renúncias fiscais, que foram mantidas durante a pandemia; esse número, às vezes, é um número que a população não conhece. Então, o que hoje são as renúncias fiscais em Curitiba? Ou seja, benefícios fiscais ou incentivos fiscais na Cidade? O nosso maior é a área verde. Então, paga menos IPTU, existem vários critérios, quem de alguma forma possui no seu território, no seu imóvel, uma área beneficiada. Então, isso equivale a cento e onze milhões de reais por ano, que Curitiba renuncia, deixa de arrecadar. Aí nós temos outros valores: patrimônio histórico; incentivo ao esporte; o Tecnoparque, que é no setor de serviços, a alíquota do ISS é reduzida de 5% para 2%, para nós equivale a uma renúncia fiscal de quase quarenta milhões de reais; taxa de coleta de lixo para pessoas mais vulneráveis, o Município isenta também, ou dá desconto, doze milhões de reais; ITBI de programas habitacionais, e assim vai. Nós temos várias renúncias, que o impacto total é em torno de duzentos e quarenta e cinco milhões de reais, salvo engano. (Próximo slide). Acho que esse valor aparece. Ah, duzentos e quarenta e cinco milhões de reais é a nossa renúncia anual do ponto de vista de tributo. Para se ter uma ideia, o que são os duzentos e quarenta e cinco milhões de reais? O lixo, que é o segundo maior contrato do Município, custa em torno de duzentos milhões de reais. Nós arrecadamos, com o ISS, em torno de um bilhão e duzentos, um bilhão e trezentos, vai subir um pouco este ano. Mas é um valor bastante considerável. (Próximo slide). Aí algumas medidas que nós mantivemos durante a pandemia, a questão benefícios do ISS fixo, redução da carga tributária. Temos vários setores, que inclusive a Câmara, em 2017, aprovou, eventos e outros setores, uma alíquota de 2%, a questão Tecnoparque, a redução de IPTU para alguns setores. Pode passar para o próximo slide porque isso nós já sabemos. E aí questões que foram implementadas durante a pandemia. Nós ampliamos lá a questão da dispensa de alvarás e dispensa de verificação, em razão da Lei de Liberdade Econômica, prorrogamos vencimento de IPTU e ISS fixo, adiantamos parcelas, em torno de dois a três milhões de reais, para apoio aos artistas, suspendemos parcelas da Cohab, subvencionamos lojistas da Urbs, além de programas, como o Nota Curitibana, o Sebraetec; em especial para os servidores aposentados, nós já efetuamos o pagamento de oitenta milhões de reais em licença-prêmio, que é uma herança desde 2012 que o Município vem acumulando. Mas vou falar um pouquinho da licença-prêmio mais para frente. Aí criamos o Fundo de Aval, é algo que tem dado certo no Município, tem crescido. Para se ter uma ideia, o Município entrou com dez milhões de reais, esse dez milhões de reais alavancados, giram em torno de cem milhões de reais na economia da Cidade, de crédito. Nós tivemos apenas um inadimplemento, e esse valor desse inadimplemento é de doze mil reais, o que mostra que o programa até agora tem sido exitoso. Mais de duzentas e quatro cartas concedidas de aval, e autorizados dez virgula oito milhões em créditos para capital de giro e outras atividades dos contribuintes, dos empresários de Curitiba. (Próximo slide). Aí algumas medidas que nós fizemos: o Refic também,

que teve um resultado importante do ponto de vista de arrecadação. Muitos dos dados que nós vamos apresentar têm reflexo do Refic. Prorrogamos o vencimento, o parcelamento de diversos tributos, em especial o ISS fixo, mês, a sociedades profissionais, foram beneficiados mais de quinze mil e quinhentos profissionais, e também do Simples Nacional, prorrogamos o vencimento, seguindo orientação do Comitê Gestor do Simples Nacional. (Próximo slide). E, aí, agora alguns dados antes da nossa apresentação, acho que esses dados são muito interessantes e mostram o mapeamento do setor de serviços, em especial em Curitiba, durante a pandemia. (Próximo slide). Então, como que nós fazemos isso na Prefeitura? Cada linha, cada código desses, significa uma atividade de serviços do Município. Então, nós começamos lá em janeiro, fizemos um recorte em janeiro de 2020 e tiramos uma fotografia do faturamento das empresas, do ISS de Curitiba. Como que nós sabemos do faturamento? Porque as notas fiscais eletrônicas apontam o valor da base, então nós simplesmente somamos esse valor por setor e dividimos, vou mostrar depois quais são os setores. Então, percebam que, em abril de 2020, nós começamos a ter um decréscimo muito acentuado em algumas atividades, isso se repetiu em maio e junho, que mostrou também uma queda na arrecadação do ISS. E aqui, lá no canto direito, vocês percebam que nós tivemos uma recuperação bastante expressiva também da grande maioria dos setores. Pode passar para o próximo, que daí vamos mostrar, explicar um pouquinho mais esses setores. Então, aqui nós temos, recortamos algumas atividades, informática, saúde, assistência médica, engenharia, arquitetura e urbanismo, construção civil, lazer, entretenimento, cuidados pessoais, que são, por exemplo, academias, salões de beleza, essas atividades, e também ali depois serviços de hospedagem, viagem e congêneres, que foram obviamente muito afetados durante a pandemia. Então, nós começamos ali, em janeiro de 2020 todos no mesmo local, todos no mesmo patamar. Percebam que a informática, saúde, assistência médica, engenharia, arquitetura, subiram muito desde janeiro de 2020, mesmo durante a pandemia; tiveram alguns altos e baixos, mas hoje, ao final de agosto de 2021, todos estão acima. Isso também já se mostra com lazer e entretenimento, que sofreu demais em abril, maio e junho, nos piores meses de 2020, teve uma queda expressiva em março de 2021, em razão do lockdown, a Cidade teve que fechar, mas já está num nível maior do que era janeiro de 2020. Cuidados pessoais e hospedagem, ainda abaixo, mas, pela linha, vêm mostrando já alguma reação. (Próximo slide). Aí analisamos os vinte maiores setores, do ponto de vista de faturamento no Município de Curitiba. Então, é o mesmo dado, a fotografia de janeiro de 2020, e a fotografia agora de agosto de 2021. Então, dessas vinte atividades que representam setores importantes na arrecadação da Cidade, apenas quatro estão abaixo do que era em janeiro de 2020, quando não existia ainda a pandemia. Quais são essas atividades? Serviço de guarda, estacionamento, é óbvio, estacionamento tinha um faturamento que foi prejudicado. Então, de cem, está em noventa e dois, mas já próximo do que era em janeiro de 2020. Aí, temos um decréscimo muito grande em hospedagem, turismo. Inclusive, estivemos com o Vereador, o Líder, Pier, falando sobre o setor de turismo, de eventos, o Vereador Alexandre Leprevost também esteve conosco, conversando sobre isso. E aí temos serviços de diversões, lazer e congêneres ali com setenta e seis; serviços portuários, terminais rodoviários, ferroviários e metroviários com noventa e um. Todos os outros setores cresceram, do ponto de vista de faturamento e arrecadação, obviamente. (Próximo slide). Aí é um dado importante, passando essa questão dos setores, o que o Município de Curitiba recebe de convênios. E aí eu volto a fazer esse link com a nossa arrecadação própria, com o fato de Curitiba ter a sua própria vida e tocar a sua vida com seus próprios recursos. Então, percebam que, entre 2015 e 2021, eu vou mostrar mais para frente uma foto de 2013 também, em verde, nessas colunas, é o recurso recebido do Estado por meio de convênios; em azul é da União. Então percebam ali que nós tivemos um acréscimo, em 2018,

de cento e vinte milhões, que foi um dinheiro que o Município recebeu para investimentos e também uma parte, em torno de setenta milhões, para o convênio do transporte coletivo, para a manutenção da integração do transporte coletivo com a Região Metropolitana. Mas esses valores são baixos. Percebam aí: quarenta e quatro milhões em 2019; dezoito milhões em 2020, e da União trinta e sete milhões, ou seja, durante a pandemia. É claro que aí não está o recurso da Lei Complementar 173, depois ele vai aparecer, são convênios, vamos deixar claro. E, aí, 2021, que recebemos quarenta milhões de reais do Estado, a título de repasse do convênio do transporte, para a manutenção da integração do transporte coletivo. Mas são valores baixos, tivemos uma queda de 70%; se pensarmos, em 2018 recebemos um recurso maior, Estado e União. (Próximo slide). Aí, com relação ao transporte coletivo, que eu disse que ia mencionar os dados, o Município, a fotografia de quanto o Município já aportou nesses anos no Fundo de Urbanização, que é gerido pela Urbs, em especial a título de subsídio do transporte entre 2010 a 2021. Então, o Município aportou recursos historicamente menores, esses valores são em valores reais, ou seja, valores corrigidos pela inflação. Em 2010, 2013 teve algum aporte. E aí percebam que o Município começou a aportar realmente 2019/2020, aportamos cento e noventa e um milhões de reais no FUC, para manutenção do transporte público da Cidade. Em 2021, já aportamos cento e trinta milhões de reais em valores reais até agora, mais, obviamente, o que nós teremos de aportar até o final do ano para o sistema continuar funcionando. Com relação às receitas de passagens, nós vamos fazer um comparativo entre as receitas das passagens de ônibus e as receitas do preço público, que os aplicativos de transporte pagam aqui na Cidade de Curitiba para o Município. Então, nós temos aí, desde janeiro, esse dado aqui é de 2020, 2021 e 2019. Então, nós temos, na linha laranjada, 2019, na linha azul, 2020, e na linha verde, 2021. Percebam que a receita com o transporte coletivo, com a venda de passagens do transporte coletivo era superior a quinhentos milhões de reais até agosto, em 2019. (I) Tínhamos no meio de agosto de 2019 em torno de setenta milhões de reais. Vamos pegar só agosto para ter uma leitura mais fácil. Em 2020, com a pandemia, dos setenta milhões de reais, ficamos ali próximos a trinta milhões de reais. Em 2021, esse número melhorou um pouco, estamos em quarenta milhões de reais, mas ainda muito distantes dos setenta milhões de reais que o sistema arrecadava por mês, em agosto de 2019. Então, é claro que existe uma receita menor e o custo do serviço só aumenta. Não é segredo que todos os insumos, em especial o diesel, tem aumentado significativamente. Pode passar para a próxima, que é a receita dos aplicativos. Então, para quem não sabe, os aplicativos de transporte credenciados no Município pagam um preço público, são poucos centavos por corrida. É um valor bastante pequeno que eles pagam, inclusive, esse valor nunca foi majorado desde 2017. E aí se percebe também como que se comporta a receita do preço público, ou seja, como que os aplicativos rodam na Cidade. Então, de volta, na linha laranjada, vamos pegar agosto de 2019, arrecadava em torno de um pouquinho superior a dois milhões de reais. Caiu muito em 2020, arrecadaram em torno de um milhão de reais. E subindo agora em agosto de 2021, ou seja, uma recuperação mais expressiva do que as passagens na receita do transporte público, já estão voltando ao patamar de dois milhões de reais. Por isso, a linha laranja e a linha verde estão mais próximas. Por gentileza, volta um pouco a página da passagem, só para fazermos uma comparação. Percebam a distância ali entre a linha laranja, de 2019, e a nossa linha verde, de 2021. Por gentileza, agora passa para o próximo. Aí, a linha laranja muito mais próxima da linha verde. Então, é claro que os aplicativos têm se recuperado de uma forma mais rápida do que o transporte público na Cidade. Bom, agora vamos passar para a fase do quadrimestre, dos resultados, em especial, e fazer o link com o que já falamos. Então, as nossas receitas até o segundo quadrimestre, de seis bilhões, oitocentos e cinquenta e seis milhões. Tivemos um decréscimo, em termos reais, ou seja, corrigidos pela inflação, que foi muito

significativa nesse período de doze meses. Sempre comparamos com doze meses, ou seja, sempre comparamos com o quadrimestre do exercício anterior. Há uma queda de 0,11%. Receitas de capital, que são receitas para investimento, um aumento de 36,4%. E as receitas intraorçamentárias, as receitas do nosso regime próprio de previdência, subiram 17,8%. Então, de previsão, ali ao lado o quanto tínhamos de previsão, e o quanto já realizamos até o final do segundo quadrimestre, faltando ainda um quadrimestre para nós ... Então, no total das receitas, considerando a somatória de todas, tivemos uma variação positiva de 0,58%. Vamos ver que essa variação se deve muito aos tributos próprios do Município. Aí, o programa nota curitibana, que expandimos, embora as pessoas já se acostumaram, é interessante mostrar a V.Exas. que ele vem crescendo do ponto de vista de participação. Então, tivemos novas regras, hoje a pessoa também transfere para a conta bancária, paga passagem de ônibus, abate 50% de IPTU, antes era 30%, nós incentivamos isso. Hoje conseguimos aumentar o número de empresas e de inscritos. Percebam que interessante, temos aí duzentas e doze mil empresas emissoras de notas. Aumentamos em 37% esse número com relação a abril. Então, percebam que a economia de Curitiba vem se acelerando do ponto de vista local. Tivemos cento e setenta e quatro mil inscritos no programa, aumentamos 7,5% em abril. É um programa maduro do Nota Curitibana, mas ainda aumenta a base de contribuintes. Esse é um dado bastante interessante, já temos oitenta e quatro mil cidadãos premiados. Aí a nossa arrecadação dos tributos municipais. Nessa pirâmide temos o nosso principal tributo, que é o ISS. Tivemos um acréscimo em todos eles, com exceção do imposto de renda retido na fonte. O imposto de renda é, em especial, a receita tanto de prestadores de serviço como também dos salários dos servidores, que é retido pela Prefeitura, esse dinheiro é do Município, não é da União, esse valor fica para o Município. Tivemos um pequeno decréscimo nas taxas, em especial a taxa de coleta do lixo. Vale lembrar que a taxa de coleta do lixo está congelada, em Curitiba desde 2018, não aumentamos essa taxa. Aliás, fizemos a reforma no plano de recuperação, aprovado pela Câmara Municipal, em 2017, e nós eliminamos a limitação de IPTU. A partir daí, o serviço passou a ser muito mais sustentável. Não é demais lembrar que, em janeiro de 2017, a última parcela do lixo que havia sido paga era de junho de 2016, ou seja, a Cidade estava há seis meses atrasada com o serviço de coleta de lixo, e assim era, antes do plano de recuperação, em todas as atividades de Curitiba. Hoje temos cinco anos de solidez fiscal graças ao que foi votado aqui na Câmara Municipal, que acreditou no nosso projeto, no projeto apresentado pelo Prefeito Rafael Greca. E hoje, cinco anos não é pouca coisa, cinco anos pagando contas em dia significa, isso sim, economicidade nas licitações, na ausência de pagamento de juros, tivemos cobrança de juros em razão dos atrasos. Porque é claro que o prestador da Prefeitura não quer saber se tem, ou não, dinheiro, ele quer saber em dia, com razão. Se não recebe, ele vai cobrar a conta com multa e juros. Então, não temos pagamentos atrasados no Município desde o plano de recuperação. Isso é uma medida de economia do ponto de vista de equilíbrio fiscal. Aí, o retrato do que sempre trazemos, desde 2011, dos nossos tributos municipais. Lá em cima, o ISS, o nosso principal tributo. Percebam que o ISS vinha crescendo, entre 2011 e 2015. Eu sempre disse que o problema nunca foi a questão da receita, porque a receita do Município..., e Curitiba é uma Cidade esplendorosa nesse sentido, uma Cidade que cresce, uma Cidade pulsante, uma Cidade viva, que produz. Tivemos um decréscimo em 2016 e em 2017, voltamos a subir, estávamos recuperando a trajetória do ISS, caímos na pandemia, mas já recuperamos, já retomamos os níveis que eram em 2019, subimos em 2019, e já estamos aí, em termos reais, mais ou menos próximos do que era em 2015. A linha azul é o IPTU. O IPTU teve uma revisão benéfica, faça-se justiça, em 2015, pela Prefeitura. A planta genérica foi modificada, e aí se adotou uma sistemática de acréscimos anuais no IPTU. Ao invés de se passar esse acréscimo de um ano para o



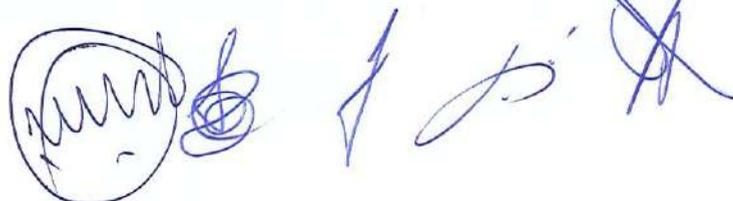
outro, como vários municípios fizeram, o Rio de Janeiro fez. Para se ter uma ideia, a pessoa que tinha um apartamento chique no Leblon, às vezes, pagava mil ou dois mil reais de IPTU. Passou a pagar quinze mil reais no ano subsequente. Isso teve um impacto. Em Curitiba, existia também uma deficiência, uma diferença nessa base, mas, para não ter um impacto tão grande para o contribuinte, se adotou naquela época o crescimento com a inflação e mais um pequeno percentual. Nós mantivemos isso até este ano de 2021. E aí os outros tributos, o Imposto de Renda Retido na Fonte, mais ou menos a mesma coisa. O ITBI, que teve um crescimento exponencial neste ano, vamos mostrar depois. E ali embaixo a taxa de lixo. Como os valores são muito altos, não parece, mas pulamos de cento e quarenta e dois milhões em 2017, para duzentos e três milhões em 2018. É isso que acabou dando sustentabilidade para a coleta do lixo aqui no Município de Curitiba. Então, o ISS, em relação ao quadrimestre, cresceu, em termos reais, já descontada a inflação, 27%. Aí temos dois dados importantes para lembrar: o primeiro é que temos aí um número expressivo do Refic, o Refic teve um pagamento à vista em torno de cento e vinte, cento e trinta milhões de reais para os cofres públicos, a maior parte de ISS, esse valor está embutido aí; e vínhamos, em 2020, com essa comparação, de uma base muito afetada pela pandemia. Então, se formos olhar a apresentação que eu mesmo fiz lá no segundo quadrimestre de 2020, mostramos que a arrecadação caiu. Então, é claro, agora, como ela se recuperou, ela tem um acréscimo tão significativo, mas, por comparar com uma base deprimida. Aí o nosso histórico. Então, percebam lá: em 2020, tivemos uma queda de 8,1% naquele quadrimestre; agora subimos 27,0%, já a variação real, considerando a inflação. É bastante considerável, mas volto a lembrar, tivemos o Refic e também tivemos um acordo judicial com o grande contribuinte, que recolheu à Prefeitura em tona de sessenta milhões de reais; é um dinheiro que estava depositado em juízo, em razão dessas reformas tributárias. Desculpe voltar a falar, mas eu me lembro que em 2017 o Prefeito Rafael Greca me ligou e falou: "Olha, Vitor, mudaram a lei do cartão de crédito, do plano de saúde e de outras atividades. Estão dizendo aí, tem uma calculadora que venderam para os Prefeitos, que vamos ter quarenta milhões de reais." Eu já disse naquela oportunidade: "Nós vamos perder." Aliás, o Vereador Serginho do Posto sempre questionou sobre isso. E é verdade, ou seja, os contribuintes, por essa lei, passariam a recolher no Município de destino, onde é prestado o serviço. Então, vamos dizer, cartão de crédito não é mais em Barueri, onde essas empresas tinham sede, era concentrada a arrecadação, passaria a ser onde a pessoa passa o cartão. O problema é: como fazer esse sistema funcionar? Como a cada transação bancária recolher para o Município? Se inventa uma regra e depois se pensa na solução. Até hoje não temos a solução. Eu mesmo fiz parte, na presidência da ABRASF, da Associação Brasileira das Secretarias de Fazendas das Capitais, para desenvolver esse sistema. Esse sistema está sendo desenvolvido com uma parceria com a Serpro, com o setor privado, mas não existe. Então, depois de alguns anos, na questão de plano de saúde, fizemos acordo com o contribuinte e conseguimos reverter aos cofres públicos um valor bastante significativo. Então, esse dado tem um pouco disso também. Pode passar para o próximo. Aí é um dado que eu não tinha trazido para a Câmara, é a primeira vez que eu trago, a evolução do faturamento das empresas em Curitiba. Para se ter uma ideia do tamanho da nossa economia, do ponto de vista de serviços, e quais são os bairros que representam o maior faturamento da Cidade. Então, percebam, esse número ali do faturamento mensal está em bilhões de reais. Em janeiro, o setor de serviços faturou três, vírgula oitenta e três bilhões de reais na Cidade de Curitiba. Em agosto, já faturou cinco, vírgula zero cinco bilhões de reais, só o faturamento do setor de serviços. Quais são os bairros que mais participam desse setor de faturamento? Centro, 17,4%; Cidade Industrial, com 6,61%; Batel, 5,26; Água Verde, Rebouças, e assim vai até o Tarumã, 2,54%. Então, por bairros, em nível de faturamento, essas são as maiores

localidades na Cidade. E é interessante também verificar que esse valor do faturamento do setor de serviços vem subindo. E vejam que, volto a dizer, faz todo o sentido com relação ao que nós falamos da reforma tributária. O setor de serviços crescendo, a base dos municípios, e é o imposto que faz a Cidade funcionar. Nós garantimos o nosso orçamento, nós garantimos a saúde, garantimos a educação com o valor do serviço, com o valor do ISS, que é o nosso principal tributo. Pode passar. Aí ainda um gráfico do faturamento. Tivemos um aumento entre 20 e 21, aí estamos pegando de volta mês a mês, então percebam lá: agosto, tínhamos um faturamento do setor de serviços abaixo de quatro bilhões de reais na Cidade, hoje temos um faturamento do setor de serviços acima de cinco bilhões de reais. Nesse período, em um mês, uma diferença de um bilhão de reais, é um acréscimo de 21,53% no setor de serviços da Cidade de Curitiba. O que mostra também que vale a pena o investimento nas iniciativas do Vale do Pinhão; temos aí projetos de unicórnios na Cidade, e isso tem contribuído também para a nossa arrecadação na Cidade de Curitiba. Pode passar para o próximo slide. Aí quais são os nossos maiores setores de arrecadação no ISS. Continuamos com apoio técnico, jurídico e contábil, com a participação de 17,5%; saúde e assistência médica, já expurgamos aquele acordo que mencionei para V.Exas.; construção civil, engenharia, atividade aquecida, vem subindo em Curitiba; informática e tecnologia; agenciamento e corretagem. São os cinco maiores segmentos do ISS na Cidade. Em verde, o que é a arrecadação desse setor até o final desse quadrimestre. Bom, aí a nossa meta. Enquanto em 2020, em razão da pandemia, tínhamos chegado a 60,9% do ISS, em 2021 já chegamos a 90,4% da arrecadação do Imposto Sobre Serviços no ano. É um resultado bastante expressivo, volto a dizer, influenciado também pelo Refic, que tem boa parte nesse percentual até agora atingido. Aí o IPTU, que subiu, em termos reais, a 12,6%. Mesmo na pandemia, batemos recordes de pagamentos à vista do IPTU no Município de Curitiba, com o mesmo desconto nos últimos anos. E é claro, temos aí também o Refic. Então, esses dados têm também o Refic, (A) que é o programa de parcelamento que o Município fez ao final do ano passado. Mas o IPTU, em razão daquela revisão benéfica que foi feita em 2015, vem apresentando resultados positivos. É claro que o contribuinte não gosta de receber o carnê do IPTU, ninguém gosta, mas o fato é que o IPTU é um tributo importante, é um tributo justo do ponto de vista de contribuição no Município de Curitiba, e vem subindo, vem mostrando resultados expressivos. Então, enquanto em 2020 tínhamos 77,6%, hoje temos 92,6%. Volto a dizer, temos um resultado em razão do Refic também bastante embutido nisso. (slides) Aí o nosso IPTU à vista. Como eu disse, tivemos a maior taxa de pagamentos à vista dos últimos seis anos, 42,5%. Vale lembrar que nós deixamos de enviar o carnê este ano, a título também de economia, enfim, passamos a enviar a folha. Não deixamos de fazer o envio da cobrança, mas passamos a enviar uma folha com o valor do imposto, e vamos fazer o mesmo em 2022, já com o QR Code e provavelmente com pagamento via PIX. (slides) O ITBI, este sim não tem nenhuma deturpação em razão do Refic, esse acréscimo significa realmente um acréscimo na atividade imobiliária da Cidade de Curitiba; é o aumento mais expressivo nesses cinco anos que estamos aqui no Município, um aumento real de 54,5% na arrecadação do ITBI na Cidade, que não é segredo, o valor dos imóveis também vem subindo muito, Curitiba tem um mercado muito aquecido. (slides) Do ponto de vista do ITBI, vendas em alta em Curitiba, boom imobiliário, as construções em um nível bastante acelerado. Tivemos aí, para se ter uma ideia, em 2019, dois mil, seiscentos e vinte e três novos contribuintes de IPTU. Esse é um trabalho de novas unidades habitacionais, também de regularização que o setor de IPTU faz, coordenado pelo Superintendente Francisco Inocêncio e pelo Diretor Sérgio Primo. E percebam que, em 2021, tivemos oito mil, duzentos e quatro novas unidades, novos contribuintes do IPTU. É bastante coisa, é um crescimento bastante expressivo quando comparado a 2019. (slides) O ITBI é o imposto mais afeito a

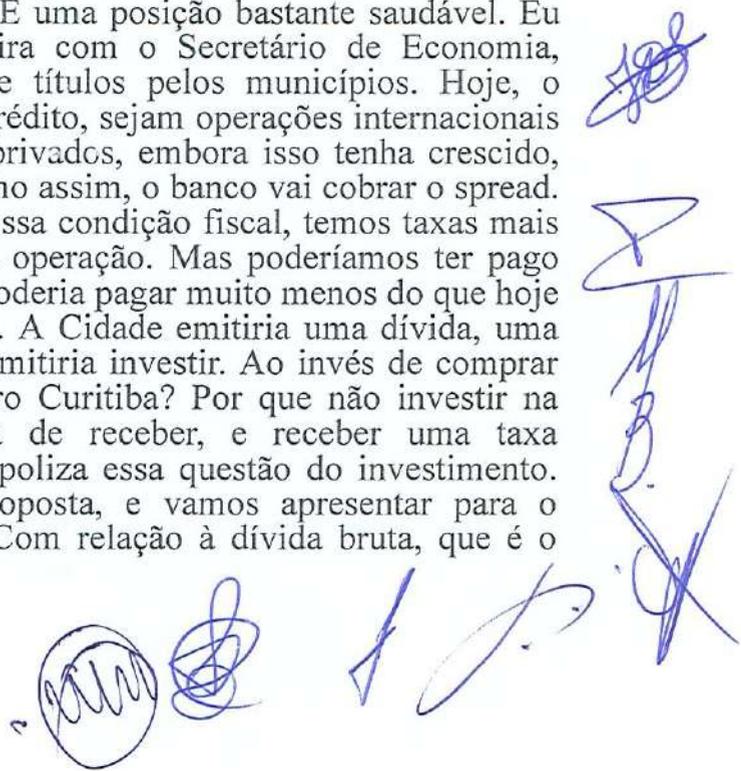
sazonalidades, depende do mercado imobiliário, mas percebam que, como eu disse, nunca subiu tanto como subiu em 2021. (slides) Aí já passamos a meta, tínhamos uma meta de ITBI que já ultrapassamos, do ponto de vista de arrecadação, 105%, o que nos dá aí um fôlego expressivo, especialmente porque, se os nossos tributos municipais, que acabei de mostrar, têm um resultado muito satisfatório, ISS, IPTU e ITBI, vamos ver que nas transferências não é a mesma coisa. (slides) Transferências da União. Então, o dinheiro que o Município recebe da União. A linha em cima é o recurso do SUS, quanto o Município de Curitiba recebe do SUS do Governo Federal. Percebam lá que, em 2019, nós recebíamos um bilhão e cinquenta e quatro milhões de reais, este valor está corrigido, já ajustado pela inflação. No ano da pandemia, nós recebemos um bilhão, trezentos e dezenove milhões de reais, este valor caiu para um bilhão e noventa milhões de reais em 2021. Mas é claro que nós não diminuimos os serviços públicos na Cidade, aliás, não há nada mais permanente do que uma política pública provisória. Então, é claro que não vai fechar leitos de uma hora para outra, os serviços continuam, e quem paga esses serviços, que começou com recursos do Governo Federal, é o Município, é o Tesouro Municipal. Então, o Tesouro Municipal tem sido exigido a pagar essas diferenças, porque se investiu e se investe, com razão, é claro, não poderia ser diferente, na Saúde, em especial neste ano de pandemia. Ali embaixo, nós temos ainda outros recursos, em especial aquela montanha russa que tem em 2019 e 2020, que sai de cinquenta e sete milhões de reais para trezentos e trinta e nove milhões de reais, é o dinheiro que a União enviou para estados e municípios, esse é o dinheiro que nós recebemos pela Lei Complementar 173, não só Curitiba, obviamente, todos os municípios e estados do Brasil receberam recursos, e voltou a patamares normais, vamos dizer assim, em 2021. (slides) Aqui temos as receitas do Estado. Mostrando a questão do ICMS mais uma vez. Então, percebam lá, volto a dizer, o problema do Município, anterior, nunca foi receita, nós tínhamos uma receita recorde em 2013, em 2014, mas aí começou a cair. Então, se nós recebíamos do Estado novecentos e quarenta e cinco milhões de reais, em valores reais, em 2013, hoje recebemos seiscentos e sessenta e dois milhões de reais do ICMS. O IPVA, vale dizer, 50% do IPVA pertence aos municípios. Então, o IPVA teve um acréscimo em valores reais, mas ele se mantém mais ou menos numa base parecida, quatrocentos e cinquenta e seis milhões de reais em 2015, teve um acréscimo de 14%, 15%, porque o Estado do Paraná aumentou a alíquota do IPVA naquele exercício. Diante da crise fiscal que o Estado viveu em 2015, não é segredo, uma das medidas foi o aumento da alíquota do IPVA; e a partir daí se manteve praticamente estável. E aí tem uma montanha russa embaixo, que mostra que o nosso problema, problema que V.Exas. também enfrentam, a discussão, aqui na Câmara, do transporte coletivo. Então, percebam a inconstância naquela linha azul embaixo, já estou naquele quadro inferior, esses são os repasses de convênios do Estado. O grande volume desses convênios é recurso para o transporte coletivo. Vale dizer que a Cidade tinha uma integração; isso em 2015, salvo engano, foi seccionado, o Estado contribuía, em valores reais, com cento e dezoito milhões de reais para o transporte coletivo e deixou de contribuir. Mas o que acontece? A pessoa continua pagando a passagem em Fazenda Rio Grande, em Colombo, vem a Curitiba e circula pela Cidade, o que é bom, é justo, mas tem um custo, existe uma conta, e essa conta quem paga é Curitiba. Por isso que os aportes se fazem necessários. Percebam que em 2018 ainda tivemos um valor um pouco mais considerável de repasses, mas tivemos apenas quarenta milhões de reais entre 2020 e 2021, é um valor muito pequeno, ainda mais no ano da pandemia. E, aí, Curitiba tem que fazer frente sozinha a esses recursos da integração. É muito caro, é muito custoso. O sistema de transporte de Curitiba sempre foi exemplar, não é segredo, tem dificuldades, tem problemas, mas a questão da integração representa um custo muito alto para a Cidade, e a Cidade tem bancado isso praticamente sozinha. (slides) Aí com relação às transferências, o SUS, como mostrei, a

transferência do exercício anterior foi muito maior, caímos 24%; o Fundeb, em razão do aumento da arrecadação do Governo Federal, porque no Governo Federal a arrecadação subiu nesses quadrimestres também, um acréscimo de 12%; o ICMS, em termos de valores, o ano passado subiu 10%; o IPVA caiu 3,43%; o Fundo de Participação dos Municípios subiu 31,54%. Por que subiu? Porque a arrecadação do Governo Federal subiu, e aí, automaticamente, esse valor que é dividido para os municípios também sobe. (slides) Outras Transferências Correntes. Tivemos um decréscimo de 82%, tivemos mais recursos da União, no período anterior, e do Estado; FNDE, caímos um pouquinho; Convênios Correntes, esse é o convênio do transporte coletivo, de quarenta milhões de reais, ele subiu 234% porque não tivemos praticamente nada no ano anterior; Convênios Capital também caíram; Outras Transferências de Capital, dois milhões, caíram 82%. Os valores não são tão relevantes. (slides) Agora vamos finalizar com as despesas. Então, como é que são as despesas do Município até este quadrimestre, comparado com o exercício anterior. Vale lembrar que o Município lançou, no ano passado, e foi aprovado aqui na Câmara, diversos projetos, dentre eles a manutenção do emprego para as empresas que são fornecedoras e parceiras de Curitiba. Curitiba é indiretamente um grande empregador, nós somos um grande tomador de serviços na Cidade. Quais serviços? Serviços de limpeza, alimentação, dentre outros. Então, pela lei que foi aprovada, foi autorizada a manutenção do emprego nessas empresas, e a Cidade contribuiu, junto com o programa, à época, do Governo Federal também, para manter esses empregos. Isso graças à lei que foi aprovada aqui pela Câmara Municipal. Então, do ponto de vista das despesas, com relação ao ano passado, mesmo período, tivemos lá no geral um decréscimo de 5,17%, vamos mostrar onde está esse decréscimo. Porém, tem um acréscimo importante da Previdência, um tema também que V.Exas. têm enfrentado aqui na Câmara. A despesa com a Previdência é a que mais cresce no Município, comparada somente com a Saúde. Não vou falar do transporte, porque, no transporte, nós estamos vivendo um momento excepcional. Mas a Previdência cresce muito. Hoje, a função que mais gasta, mais participa do orçamento público é a Previdência, depois a Saúde, para se ter uma ideia da dimensão, do que é a Previdência no Município de Curitiba. E por que isso tem acontecido? Porque nós temos aposentado cada vez mais servidores. Os servidores atingem a idade de aposentadoria, se aposentam e essa despesa passa a ser do Instituto de Previdência. Então, é preciso ter em mente que, quando a despesa de pessoal no Executivo cai, lá no regime de previdência ela vai subir, porque existe não só a aposentadoria, mas existe a pensão, existem outros benefícios. Pode passar para a próxima tela, que nós vamos ver ali a despesa de pessoal, que é muito significativa no Município, vou começar por ela: dois bilhões, quinhentos e quarenta e sete milhões de reais, Pessoal e Encargos Sociais. Tivemos uma queda bem significativa de 5,89%, que mostra também o controle que temos na despesa de pessoal. Aliás, vim à Câmara diversas vezes falar que, entre 2012 e 2016, a despesa de pessoal tinha subido 70%, 70% em quatro anos, enquanto a receita tinha crescido 28%. Então, é claro que, no Município, a conta não fechava. Pelo contrário, nós temos mantido a despesa de pessoal estável; ela caiu esse período numa parte do ativo, mas subiu no inativo. Outras Despesas Correntes. Custeio da máquina do Município também caiu, caiu em termos reais 2,16%, dois bilhões, seiscentos e oitenta e quatro milhões de reais. Vale lembrar que os aportes da Previdência são despesas de custeio. Então, uma parte significativa está aí. Juros e Encargos da Dívida. Tivemos uma amortização maior por quê? Porque o Governo Federal, uma das medidas que o Governo Federal tomou em 2020 foi suspender a cobrança de juros nas prestações da Caixa Econômica, Banco do Brasil, enfim, as instituições financeiras controladas pelo Governo Federal. Então, nós voltamos a pagar essas parcelas sem juros; obviamente, foi um ganho até financeiro para o Município. Em razão disso é que também existe uma majoração. E também das

operações com a Agência Francesa e BID, que nós já começamos a amortizar, a gerar investimento na Cidade. (slides) Aí as despesas de Capital. Quero falar sobre os investimentos daqui a pouco. Inversões Financeiras, dez milhões de reais, um acréscimo de 41,06%. O que são Inversões Financeiras? É o dinheiro que vai para as companhias, para a administração indireta do Município: Urbs, Cohab, Curitiba S.A. Dez milhões de reais, uma participação maior do que no período passado. Amortização da Dívida. Estamos amortizando mais dívida em relação ao ano passado, é o mesmo raciocínio dos juros que fiz agora. E, com relação aos investimentos, investimos cento e noventa e nove milhões de reais, um decréscimo de 39,18%. Vou mostrar qual a razão desse decréscimo. (slides) Então, nos investimentos, tivemos, em razão da limitação do período eleitoral em 2020, vale lembrar que tivemos eleições em 2020, e tínhamos uma operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, o Finisa, de duzentos e cinquenta milhões de reais, que foi utilizado boa parte nesse período do segundo quadrimestre. Então, no ano passado, tivemos um total de quatrocentos e cinquenta e nove milhões de reais em Despesas de Capital - Investimentos. Estamos projetando quatrocentos e quarenta milhões de reais. É claro que tem um desencaixe com relação ao segundo quadrimestre passado, mas nós temos projeções aí, acreditamos que vamos chegar em torno do mesmo nível do ano passado. (slides) Aí a Saúde. A Saúde, e eu quero voltar a dizer o que é previsibilidade e a necessidade de ter um orçamento equilibrado. Esses números são atualizados, todos em valores corrigidos, reais. Em 2015, o orçamento do Município abria com vinte e sete milhões de reais para o custeio da Saúde, fora a despesa de pessoal. Só a parcela do FEAS, que hoje é o maior contrato do Município de Curitiba, devia estar na época em torno de vinte e cinco milhões de reais provavelmente. Então, em 2016, o Município abria com vinte milhões de reais e gastava cento e oitenta e dois milhões de reais, e jogava para frente a outra conta. O que nós fizemos e temos feito ao longo desses anos? Não dá para, de um ano para o outro, chegar num orçamento equilibrado, superavitar na Saúde. Até porque a Saúde tem uma demanda praticamente infinita, (P) constante, ainda mais na pandemia. Mas nós fomos crescendo o orçamento inicial da Saúde para dar mais previsibilidade. Chegamos aí perto, é claro que abriu, em 2021, com uma diferença já prevista por nós, por isso que lançamos o Fundo de Estabilização e Recuperação Fiscal em 2019, sem pensar na pandemia, mas justamente para, em momentos como esse, ter que investir realmente na Saúde, tem que ter recursos para colocar na Saúde. Curitiba pôde, nesse período, até agora, manter funcionando, abrir o que for necessário para investir na Saúde. Temos aqui uma diferença, uma suplementação prevista para este ano de mais de duzentos e quatro milhões de reais. Acreditamos que, fora despesa de pessoal, vou mostrar o número, que é bilionário, mas temos quinhentos e quatro milhões de reais de previsão para gastos na Saúde até o final do ano, que devemos aportar. O Sr. Pier Petruzziello:- Quanto o Governo Federal investiu na Saúde? O SR. VITOR PUPPI:- Quanto o Governo Federal contribuiu para a Saúde? O Sr. Pier Petruzziello:- O Governo Federal mandou quanto para a Saúde? Você lembra de cabeça? O SR. VITOR PUPPI:- É o recurso do SUS. Caiu de um bilhão e trezentos para novecentos, em torno disso, na pandemia. Deve chegar a um bilhão até o final do período. Pode passar para a próxima, por gentileza. Aí mostra bem a questão que eu falei da política pública permanente e provisória. Aí são as despesas com a FEAS, o nosso maior contrato com a Saúde. Aquela parte laranja é o recurso do Governo Federal, a parte azul é o recurso do Município de Curitiba. Quem paga a saúde? É claro que é o Município de Curitiba. Estamos pagando boa parte da FEAS, em especial. É claro que o recurso da União é essencial, afinal é algo em torno de um bilhão de reais, mas Curitiba cada vez, e não é só Curitiba, os grandes municípios cada vez mais contribuem com recursos próprios para a Saúde, por quê? Porque, é claro, a população envelhece, tudo são dados, a saúde é cada vez mais exigida no Brasil. E

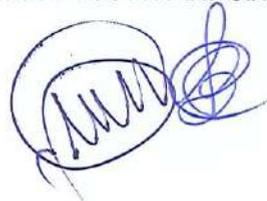


quem está pagando essa conta são os grandes municípios, os médios e grandes municípios no Brasil. Vamos passar para a parte final: metas e limites. Tínhamos uma previsão, na LDO, de um resultado primário negativo de trezentos e setenta e dois milhões. Ele sempre é negativo porque colocamos todas as operações de crédito, e sempre revertemos isso ao final. Então, já revertemos de forma positiva no primário seiscentos e vinte e um milhões de reais. O nominal significa o quanto o Município diminui da dívida que existe. Então, projetávamos que poderíamos ter uma dívida, um caixa, com relação à dívida, decrescido de cento e cinquenta e um milhões de reais, mas temos um resultado melhor de oitocentos e oitenta e oito milhões de reais. A nossa receita corrente líquida, porém, caiu 3,93%. Por que a receita corrente líquida caiu, se eu mostrei que os tributos subiram? Porque... O SR. PRESIDENTE:- Sr. Secretário, peço escusas e vou passar a palavra à Vereadora Indira Barbosa, que deve encaminhar requerimento de prorrogação. A Sra. Indira Barbosa:- Sr. Presidente, solicito a prorrogação da audiência por mais quarenta minutos, para que o Secretário possa finalizar e os Vereadores possam formular as perguntas. O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal da Vereadora Indira Barbosa, que solicita a prorrogação da audiência por mais quarenta minutos. (Pausa). APROVADO. Devolvemos a palavra ao Secretário Vitor Puppi. O SR. VITOR PUPPI:- Obrigado, Sr. Presidente. Vou finalizar rapidamente aqui, para dar tempo para os debates. Então, a nossa receita corrente líquida caiu. Por que a receita corrente líquida caiu? A receita corrente líquida caiu porque os recursos do transporte fazem parte da receita de Curitiba, toda passagem de ônibus é incluída na receita corrente líquida. Então, tínhamos a previsão de oitocentos milhões de reais nos últimos anos, e, como a receita caiu mais de trezentos milhões, a receita corrente líquida automaticamente caiu. Esse é o resultado que temos até agora. Com relação a metas e limites, temos 43,02% de despesa com pessoal. O nosso índice subiu, embora a despesa tenha caído, porque a metodologia do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas passou a deduzir o Imposto de Renda Retido na Fonte. Então, continuamos com os números nominais parecidos, mas a metodologia de cálculo mudou. Mesmo assim, estamos abaixo do limite prudencial. Percebemos lá que, entre 2014 e 2017, tínhamos um acréscimo, já muito próximos do limite prudencial. Com o plano de recuperação, que foi aprovado pela Câmara, caímos já imediatamente, 42,45%. E estamos hoje em 43,02%, nesse quadrimestre de 2021. Aí os limites da dívida. Isso significa o seguinte: a nossa dívida consolidada, se somarmos toda a nossa dívida hoje do Município de Curitiba, é de um bilhão, quatrocentos e vinte e seis milhões de reais; a dívida consolidada líquida é o quanto nós temos fôlego para pagar. Então, hoje, poderíamos pagar toda a dívida que o Município tem com os recursos que temos, porque temos mais do que a dívida, a título de recursos, no Município de Curitiba. É uma posição bastante saudável. Eu inclusive tenho uma reunião na segunda-feira com o Secretário de Economia, Adolfo Sachsida, para propor a emissão de títulos pelos municípios. Hoje, o investimento público é muito dependente de crédito, sejam operações internacionais ou com bancos públicos; há poucos bancos privados, embora isso tenha crescido, mas poucos bancos privados participam. Mesmo assim, o banco vai cobrar o spread. Então, nós investimos hoje, e, em razão da nossa condição fiscal, temos taxas mais acessíveis, pagamos 119% de CDI na última operação. Mas poderíamos ter pago muito menos. Ou seja, o cidadão de Curitiba poderia pagar muito menos do que hoje paga. Como? Mediante lançamento de títulos. A Cidade emitiria uma dívida, uma Cidade com solidez fiscal, e o cidadão se permitiria investir. Ao invés de comprar Tesouro Direto, por que não comprar Tesouro Curitiba? Por que não investir na Cidade em que mora, se tem perspectiva de receber, e receber uma taxa conveniente? Hoje, o Governo Federal monopoliza essa questão do investimento. Temos essa proposta, acreditamos nessa proposta, e vamos apresentar para o Governo Federal na próxima segunda-feira. Com relação à dívida bruta, que é o

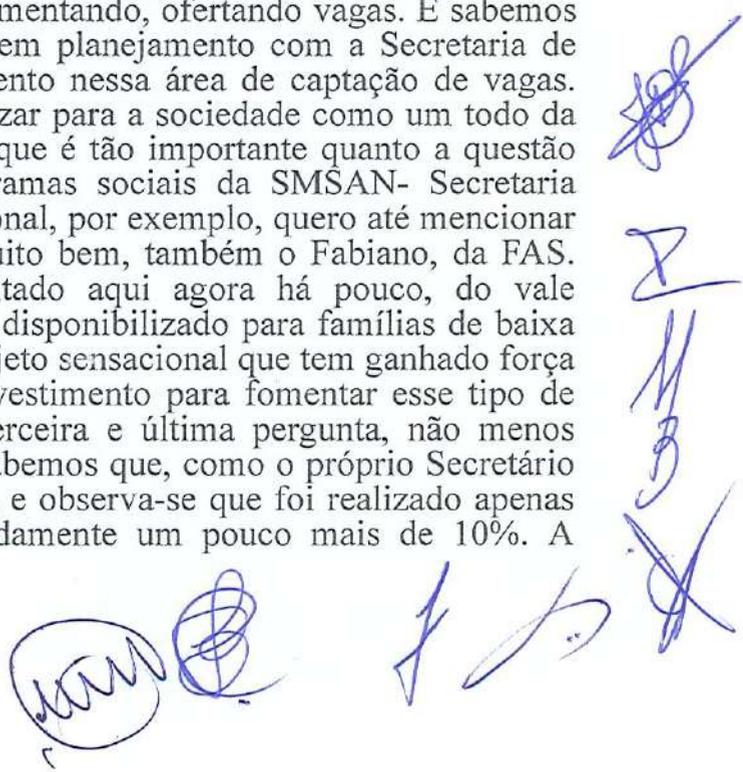


valor em azul, de quanto o Município tem em estoque de operações de crédito, e a linha laranja é a dívida líquida, ou seja, o quanto sobraria, o quanto é o nosso caixa para fazer frente a essa dívida. Então, quanto menor é melhor. Aí a nossa projeção é equilibrada para os próximos anos. Notem, volto a dizer, tivemos um acréscimo mais significativo entre 2016 e 2017, que é a dívida mais cara que temos, é a dívida que o Município tem com a Previdência, recursos que o Município não passou entre 2015 e 2016, que foram parcelados em duzentas prestações caras, ou seja, por quinze anos vamos pagar essa dívida. Temos uma proposta de modificação dessa dívida, que posso falar mais adiante. Esse gráfico resumiria toda a apresentação, eu poderia só falar desse gráfico. Esse gráfico mostra o quanto o Município utilizava antes do orçamento do ano para pagar dívidas passadas. Em 2014, utilizava vinte e três milhões. Esse número, em 2015, já era cento e vinte e um milhões. Ou seja, pagava-se coisas de 2014, fornecedores, obrigações, com o dinheiro de 2015; e isso iria a quatrocentos e noventa e três milhões, em números nominais, em 2017. Ou seja, uma trajetória insustentável. Depois, com a aprovação, conseguimos corrigir, e fomos baixando esses valores. É claro que alguma coisa você sempre paga, porque são despesas que ou encerraram em dezembro e são contabilizadas em janeiro, mas estamos em um nível muito baixo, muito aceitável, eu diria assim, do ponto de vista do controle de despesas do exercício anterior. Esse gráfico é da Secretaria do Tesouro Nacional e mostra a relação entre o orçamento corrente, do exercício corrente, a despesa total e a despesa de exercícios anteriores. Então, Curitiba, do ponto de vista das grandes cidades, junto com São Paulo, é das melhores cidades do ponto de vista de planejamento orçamentário, junto com Rio Branco ali, que parece não ter nenhuma despesa, é um caso a ser estudado. Aqui a nossa composição da dívida externa. Temos, em especial, BID e Agência Francesa, as operações que foram contratadas agora recentemente, e os valores ali em verde e em azul amortizados, que estamos amortizando, do estoque da dívida, entre o primeiro quadrimestre de 2021 e o segundo quadrimestre de 2021. Esses valores vão sendo desembolsados conforme os investimentos vão acontecendo na Cidade. Aí a nossa dívida interna: a Caixa Econômica, trezentos e quarenta e oito milhões; o RPPS, ou seja, o IPMC, trezentos e quarenta milhões. Já pagamos cinco anos de parcelas, mas temos um longo trajeto pela frente. O Pasep, que representa a nossa maior ação judicial hoje, a União, mais uma vez o transporte coletivo, a União nos cobra 1% sobre as receitas do transporte coletivo, isso retroage cinco anos com juros e correção. Então, temos uma discussão em torno de quatrocentos milhões de reais, que conseguimos reverter, graças aos esforços da Procuradoria Geral do Município, em sede de embargos de declaração pelo Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal. Será julgado novamente, temos esperança de que o Supremo entenda que recurso de tarifa de ônibus não é recurso da União, não é recurso do Município, por isso não incide o Pasep. Essa é a nossa tese e esperamos que isso tenha êxito. Tem aí as nossas demais dívidas, e vou falar da licença-prêmio. A licença-prêmio é uma dívida que o Município acumulou entre 2012 e 2020. O que é a licença-prêmio? O servidor, quando se aposenta e não utilizou os três meses de descanso que ele adquiriu a cada cinco anos, vamos chamar assim, de licença remunerada, tem direito a uma indenização por esse período não gozado. Isso já é uma matéria muito conhecida nos tribunais. Nós acumulamos entre 2012 e 2020, esse recurso não era pago, praticamente cento e trinta milhões de reais. Nós já pagamos duas parcelas. Dividimos em três parcelas para os servidores; pagamos, em 2020, quarenta e sete milhões, já pagamos em 2021 quarenta milhões, e vamos quitar finalmente essa obrigação em 2022, ficando em dia com esse saldo de licença-prêmio devido. Para se ter uma ideia, basta olhar para os outros entes da Federação e ver o estoque que existe de licença-prêmio, que sempre é uma matéria controvertida do ponto de vista da administração pública. Aí os limites com garantias. Estamos muito abaixo dos limites: 2,89%. Vejam o espaço que Curitiba teria para lançar o Tesouro Curitiba.

Até esse nome, confesso, Vereador Pier, me veio agora na cabeça: "Tesouro Curitiba"; quem sabe possa pegar. Mas é um recurso, veja, Curitiba construiu o Paço Municipal com recurso de títulos. O Paço aqui erguido foi construído pelo Prefeito Cândido de Abreu na época, com recurso de títulos do Tesouro, um recurso barato para a Cidade, muito mais barato do que uma operação bancária. Limites com operações de crédito internas e externas: 1,42%. Esse limite é fixado por uma resolução do Senado Federal, estamos bem abaixo, e isso é histórico na Cidade de Curitiba. Aliás, a grande maioria dos municípios está abaixo, com exceção de quem? Com exceção de São Paulo e Rio de Janeiro. O que acontece é que, no Brasil, se penaliza todos, às vezes, porque alguns passaram os limites da responsabilidade fiscal, então por isso que hoje é proibido. Limites com serviços de publicidade e propaganda. Temos um limite fixado na nossa Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal: máximo de 0,6%, e estamos próximos a 0,2%, quinze milhões, novecentos e noventa e um mil. Essa é uma pergunta que também sempre aparece, gastos em publicidade e propaganda. Aí a Saúde. Esses são os valores absolutos, que o Vereador Pier havia perguntado. Percebam que atingimos, entre janeiro e fevereiro, em torno de um bilhão e seiscentos milhões de reais acumulados, em torno disso, em 2021. Em 2020, era menos, em torno de um bilhão e quinhentos; em 2019, bem menos, um bilhão, duzentos e cinquenta. Então, esse é o custo do ponto de vista dos serviços de saúde no Município de Curitiba para a pandemia. Percebam ali uma variação nominal de trezentos milhões de reais, entre 2019 e 2021, só a Saúde, só esse impacto na Saúde. Assistência social vou mostrar para frente. Mais de 23,52% de acréscimo, uma base que já é alta. (C) E esse é um recurso que é pago, grande parte, pelo Município de Curitiba. Assistência Social. Curitiba investe bastante, investiu mais durante a pandemia. Abrimos vagas, hotéis, inclusive durante o inverno não tivemos... aliás, Curitiba não tem uma greve há muito tempo porque nós temos mantido em dia os nossos serviços. Claro, com negociação, com dificuldade. Negociar o orçamento público é uma tarefa diária, mas não tivemos, nós esquecemos, não vimos greves na coleta de lixo, que era constante em Curitiba um tempo atrás, mesmo transporte público, um lado que prejudica muito a população, é um transtorno muito grande. Temos envidado esforços para manter as contas em dia e aí está a assistência social com um acréscimo muito significativo desde 2019, 2021, de quase cem milhões para quase cento e sessenta milhões de reais. Finalmente, Educação. É claro, com as aulas remotas não há como ser o mesmo nível de gasto. Essa é uma questão nacional, inclusive tramita uma proposta de emenda constitucional para tratar dessa questão porque todos os municípios praticamente terão dificuldades de atingir os limites da Educação, porque as aulas aconteceram de maneira remota. Aliás, seria estranho se o Município gastasse o mesmo valor, o mesmo nível que gastou nos anos anteriores. Claro que mantivemos todos os salários, essa é a nossa maior despesa, mas em alguma medida automaticamente gera uma economia quase inercial para a Cidade. Temos entre 2019 e 2021 menos cinquenta e três milhões reais do saldo na Educação, mas relativamente próxima dos um bilhão de reais que devemos chegar até o final do ano. Aqui são os índices. Saúde até agora 20,17%; Educação em torno de 18%. Devemos evoluir nesses valores até o final do ano. Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a participação, agradeço a paciência de V.Exa., dos Vereadores e Vereadoras. Desculpe se me alonguei, mas fico à disposição para esclarecimentos. (Palmas). O SR. PRESIDENTE:- Eu que agradeço a explanação do Sr. Secretário Vitor Puppi. De imediato passaremos aos questionamentos. Temos oito Vereadores inscritos. Peço aos Vereadores que ainda pretendem fazer suas inscrições, que utilizem o sistema. A preferência das perguntas será dos membros que integram a Comissão. Nesse primeiro bloco teremos três Vereadores inscritos: Professora Josete, João da 5 Irmãos e Indiara. Depois respeitaremos a sequência por ordem de inscrição. Com a palavra a Vereadora Professora Josete. A Sra. Professora Josete:-

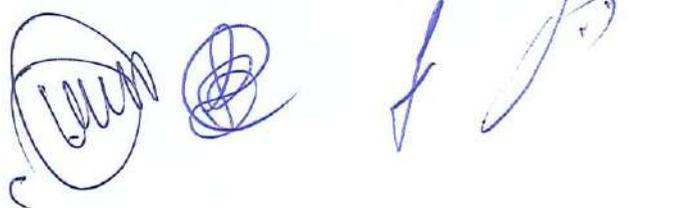


Bom dia a todos e todas! Acho que precisamos rever a dinâmica da Audiência porque fica muito pouco tempo para os Vereadores fazerem seus questionamentos. Indo para as perguntas, vou tentar ser rápida. Gostaria de saber do Secretário se a partir do projeto que está tramitando nesta Casa, que prevê um empréstimo de trezentos e cinquenta milhões para o pagamento de dívidas junto ao IPMC, gostaria que o Secretário explicasse melhor essa situação tendo em vista que a gestão alega um superávit das contas e até o momento não foi inserido nenhum comprovante, nenhum anexo ao projeto que realmente justifique a necessidade desse empréstimo. Também gostaria de trazer alguns dados aqui sobre as despesas pagas no primeiro quadrimestre. Se compararmos 2020 a 2021, o que observamos é que tivemos uma diminuição bastante significativa. Por exemplo, no Fundo Municipal de Cultura quase um milhão e setecentos mil; no Fundo da Criança e do Adolescente quase sete milhões; no Fundo da Pessoa Idosa quase dois milhões e meio; no Fundo de Segurança Alimentar, que é o FAAC na verdade, mais de dois milhões e meio, enfim. O senhor poderia explicar os motivos dessa redução? Também os contratos que haviam sido reduzidos na pandemia, gostaríamos de saber se já voltaram ao pagamento normal. Por exemplo, na Educação temos o transporte escolar, a alimentação, enfim. Gostaríamos de saber como estão esses contratos, se já se retomou o pagamento normal. E queríamos saber em qual dotação orçamentária da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional ou do Fundo que estão os setenta reais destinados ao auxílio emergencial da Prefeitura, ou quantas pessoas foram beneficiadas até o momento. Acho que é um dado importante que não conseguimos localizar. Não entendi na fala do Secretário, quando ele tratou das receitas correntes líquidas. Foi incluído ali o transporte público para contabilizar essas receitas, mas na verdade a própria Prefeitura, no momento dos cálculos para despesa com pessoal, não coloca o transporte público; é retirado para estabelecer o percentual de gasto com pessoal. Não sei se eu que não entendi no momento, mas gostaria que o Secretário explicasse. Também um pedido da nossa assessoria da Comissão de Economia, seria interessante se a Prefeitura pudesse nos dar acesso ao QDB com elementos de despesas mais detalhados, para que possamos acompanhar em tempo real a execução orçamentária. Seria isso. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador João da 5 Irmãos. O Sr. João da 5 Irmãos:- Bom dia, Presidente, demais Vereadores, Vereadoras. Cumprimento o Secretário Vitor Puppi e toda a sua equipe e a servidora da Casa, Aline, pelas explicações. De forma objetiva, tenho três perguntas. Uma relacionada, talvez fuja um pouco do tema, mas tem a ver com a pasta, acredito, a empregos, Secretário. Sabemos que a geração de emprego é uma forma de justiça social também. O Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - mensura isso em nível nacional. Queria saber se tem dados para Curitiba, atualizados, se o Município vem aumentando, ofertando vagas. E sabemos da Agência Curitiba e do seu trabalho, se tem planejamento com a Secretaria de Finanças para mais fomento, mais investimento nessa área de captação de vagas. Acharmos que é muito importante disponibilizar para a sociedade como um todo da nossa Cidade. Em relação a questão social, que é tão importante quanto a questão econômica, sabemos dos avanços de programas sociais da SMSAN- Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, por exemplo, quero até mencionar o Secretário Gusi, que tem nos atendido muito bem, também o Fabiano, da FAS. Programas como, por exemplo, foi até citado aqui agora há pouco, do vale armazém, do Armazém da Família, que tem disponibilizado para famílias de baixa renda e, as hortas comunitárias, que é um projeto sensacional que tem ganhado força no Município. Queria saber se tem mais investimento para fomentar esse tipo de ação. Essa foi a segunda pergunta. E a terceira e última pergunta, não menos importante, em relação ao Fundo de Aval. Sabemos que, como o próprio Secretário mencionou, tem potencial para cem milhões, e observa-se que foi realizado apenas dez, vírgula oito milhões, que é aproximadamente um pouco mais de 10%. A



Handwritten signatures and initials in blue ink on the right side of the page. From top to bottom, there is a large scribble, a stylized 'Z' or 'E' shape, a vertical signature, and another large scribble at the bottom right.

pergunta é, tem estudos ou conversas para flexibilização desses empréstimos? Sabemos também que a maioria das empresas que têm procurado são pequenas empresas, microempresários. Se tem conversas para melhorar essa questão. Também sabemos que os credores fazem essa análise, mas saber se tem essa conversa juntamente com a Secretaria de Finanças para ter essa flexibilização, que o dinheiro possa chegar realmente, e possivelmente, como foi falado aqui, aumentar a geração de empregos e, conseqüentemente, impostos e gerar riqueza e produtividade para a nossa Cidade. Seriam essas as perguntas. Muito obrigado, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra a Vereadora Indiara Barbosa, para fechar esse bloco. A Sra. Indiara Barbosa:- Obrigada, Sr. Presidente. Queria só esclarecer primeiramente e rapidamente a população que nos acompanha pelo YouTube, que as perguntas para o Secretário podem ser enviadas para o e-mail da Comissão de Economia - [comissao.economia@cmc.pr.gov.br](mailto:comissao.economia@cmc.pr.gov.br). Caso tenha alguma pergunta da população que nos acompanha pelas redes sociais, pode nos enviar por e-mail. Em relação às minhas perguntas, Secretário, primeiramente agradeço a apresentação sempre precisa, bem completa. Gostaria de tirar algumas dúvidas. Dentro dos gastos do urbanismo, conforme os relatórios já foram gastos quinhentos e vinte e dois milhões com despesa de transportes coletivos urbanos. O senhor poderia detalhar melhor esse gasto, falar um pouco mais sobre isso, até considerando que esse tema foi muito discutido na Câmara nesta semana devido ao subsídio para o transporte coletivo, que foi aprovado. E outra rubrica que também chama a atenção é a do turismo. A dotação para o gasto com turismo foi de um milhão, duzentos e setenta mil reais até agosto. No entanto, até o final de junho o valor empenhado era de apenas oitenta e seis mil. Depois, em dois meses, esse gasto aumentou bastante, foi para quatrocentos e vinte e seis mil, mas o efetivamente liquidado ainda continua bem baixo. Gostaria de saber se há previsão de aumento desses gastos para turismo nos próximos meses, quais são os planos em relação a esses gastos. E por último, é uma discussão que já tivemos bastante, que é em relação à questão tributária, até reforma tributária e a visão de simplificação e redução de impostos, que nós, inclusive, do Partido Novo defendemos bastante, e o senhor comentou em relação à reforma tributária que caso fosse feita uma simplificação tributária haveria o risco de perda de arrecadação para os municípios e, claro que entendemos a briga lá entre Estados e Municípios, no entanto, é de conhecimento público que o Brasil é um País com a maior complexidade tributária, que as empresas gastam em média mil e quinhentas horas por ano para preparar, declarar e pagar impostos e obrigações acessórias. Isso é muito trabalhoso, é muito difícil explicar para um estrangeiro dentro do Brasil toda a complexidade. E quando pensamos em imposto único, de certa forma acabaria simplificando. Quais são as iniciativas que o Município tem para realmente simplificar, considerando de certa forma essa descentralização que entendi que o senhor defende. E isso, obrigada. O Vereador Serginho do Posto precisou sair, vou assumir a presidência. (Assume a presidência da Audiência a Vereadora Indiara Barbosa) A SRA. PRESIDENTE:- Passo a palavra ao Secretário para depois os demais Vereadores fazerem as perguntas. Obrigada. O SR. VITOR PUPPI:- Muito obrigado por todas as perguntas. Agradeço e se me permitir, Vereadora Indiara, começar de trás para frente para falar um pouco da pergunta sobre a reforma tributária e então faço o gancho com os outros até chegar às perguntas da Vereadora Professora Josete. A simplificação tributária passa por resolvermos onde está o principal problema do País, que é o ICMS. (M) O pior tributo hoje do Brasil é o ICMS dos Estados, é o tributo mais complexo. Depois, qual é o tributo? PIS/Cofins. Não sou eu que estou dizendo isso. Temos uma pesquisa da CNI, Confederação Nacional da Indústria, que aponta o ICMS, de longe, com mais de 50% dos votos, como o pior tributo. Daí o PIS/Cofins, depois o IPI. E o ISS, nesse sentido, não é um tributo complexo. Então, do ponto de vista macro, o que temos defendido do ponto de vista da simplificação tributária?



Harmonizar as regras do ICMS. Não seria difícil. Hoje, nós temos tecnologia suficiente para que o empresário, ao preencher o documento fiscal, já saiba qual que é a alíquota aplicável do tributo. O problema é que isso depende de uma reforma. Porque, enquanto hoje nós temos aí benefícios de crédito presumido, redução de base de cálculo, "n" formas, porque nós somos criativos em inventar, vamos dizer assim, nós poderíamos simplificar isso com alíquotas fixas, conforme a sinceridade dos serviços, ou seja, alíquota mais alta para cigarro, bebida, para bens supérfluos, alíquota mais baixa para bens mais essenciais, como comida, combustível, energia elétrica. Aliás, a energia elétrica hoje pleiteia a alíquota mais alta no ICMS. Então, precisamos mudar isso. E por isso que nós defendemos uma proposta chamada Simplifica Já, que passa pela simplificação dos tributos de cada ente federativo. O que que nós temos pensado, Vereadora, do ponto de vista de Curitiba? Nós dispensamos aí a diversas atividades, como eu mostrei, de alvarás, estamos agilizando a emissão de documentos fiscais na Prefeitura, e vamos apresentar também em breve à Câmara, o Prefeito Rafael Greca deve encaminhar em breve, um projeto que tem sido gestado lá na Secretaria de Finanças pelo nosso Superintendente Francisco Inocêncio, que vai simplificar o setor de eventos também. Hoje, a pessoa tem que ir à Prefeitura duas, três vezes para conseguir um alvará de eventos, nós queremos que esse processo seja 100% on-line. Vai depender do Corpo de Bombeiros, obviamente, mas não queremos que os empresários tenham dor de cabeça, vamos dizer assim, com relação aos eventos. Até porque é uma atividade que precisa se recuperar. Aliás, a Câmara aprovou a moratória há pouco tempo, nesta Casa, específica, com relação ao setor de eventos. Mas, do ponto de vista macro, é importante lembrar que a reforma tributária tem soluções mais simples. Hoje, essa questão do imposto único virou um fetiche, na minha opinião, que não vai resolver o problema. Nós poderíamos já avançar, de longe, a passos largos, com o ICMS, com o PIS/Cofins, ao invés de ficar inventando algo que vai ter um período de transição de cinco a dez anos. É mais uma questão: nós vamos cometer o mesmo erro que cometemos lá em 2017, quando mencionei das atividades de cartão de crédito, planos de saúde. Não existem hoje condições no Brasil para se implementar uma reforma assim. Nós temos um País muito grande. Então, seria muito mais interessante nós simplificarmos o que temos hoje. Do ponto de vista dos municípios é fácil. Tem um projeto pronto, Vereadora, na Receita Federal do Brasil, que torna a nota fiscal de serviços um padrão nacional. Então, o contribuinte, não interessa se ele presta o serviço em Curitiba, em Campina Grande do Sul, em São Paulo, ele simplesmente preenche a nota fiscal, sai a base, a alíquota, e pronto, não precisa gastar tempo com obrigações acessórias. E isso está fácil de fazer, eu garanto. O problema é que existem interesses federativos, que tornam essa questão mais difícil. Aliás, os Estados tinham topado entrar na reforma tributária, mas pediram quinhentos bilhões de reais em troca, fundo de compensação. Então, não adianta. O País dessa forma, obviamente, o Governo Federal não vai topa essa proposta. Bom. Com relação às outras perguntas. A questão de urbanismo, dos quinhentos e vinte e dois milhões, é que o recurso do FUC, do transporte, está dentro. Então, já aproveito um pouco para esclarecer também a primeira pergunta da Vereadora Professora Josete. O FUC é contabilizado como receita pública. Então, o dinheiro da passagem de ônibus entra no FUC, e esse FUC faz parte do orçamento de Curitiba. Quando cai a arrecadação da passagem, ou seja, quando as pessoas compram menos passagens, automaticamente cai a arrecadação do FUC. Em 2017, o que nós aprovamos aqui foi retirar da base de cálculo da despesa de pessoal as receitas do FUC. Por quê? Porque o Município contabilizava essa receita na base de cálculo e mostrava uma despesa de pessoal menor. Veja, se nós colocamos oitocentos milhões a mais na receita, é claro que a despesa com pessoal, proporcionalmente, vai ser menor. Isso mascara o dado. Então, na época, nós aprovamos isso para mostrar o dado real, do ponto de vista da despesa

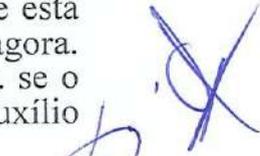
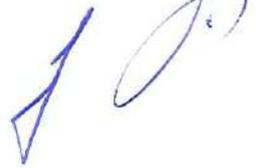
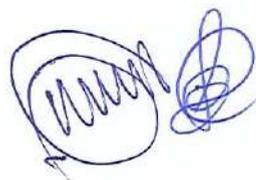
de pessoal. Mas eu concordo, nós ainda temos discrepâncias com relação ao FUC compor a receita corrente líquida. Isso não era um problema até então, porque o FUC só crescia, ou era estável. Agora, com a pandemia, é que se mostrou essa problemática. Nós temos uma proposta até para resolver essa questão, que eu mencionei durante a apresentação, do Pasep. A União tem insistido em cobrar 1% do Pasep sobre a receita do FUC, e nós queremos transformar o FUC, retirar da natureza pública e transformar o FUC numa conta bancária a ser gerenciada, com a mesma transparência, os mesmos controles, enfim, justamente para evitar essa discrepância. Eu acho que aí respondo, é uma boa colocação da Vereadora Professora Josete, e respondo também à Vereadora Indira, dizendo que essa função do urbanismo é, vamos dizer assim, contaminada, porque essa despesa do FUC é muito grande, e ela entra, daí, nos quinhentos e vinte e dois milhões do transporte público. Eu posso falar um pouco mais sobre o transporte público para frente. Com relação ao turismo, aí nós temos, até o Vereador Marcelo Fachinello esteve conosco lá no Município, também conversou com a Tatiana Turra, que é a Presidente do Instituto de Turismo, nós temos apoiado projetos. Essa despesa do turismo, acreditem, é impactada pela pandemia. Eu acho que seria mais conveniente, teria uma resposta melhor a própria Tatiana Turra, eu não saberia dizer, os valores oitenta e seis ou quatrocentos e vinte e seis mil, o que é. Mas quero dizer que nós, e isso diz também ao Vereador Marcelo Fachinello, temos disposição de investir em mais projetos de turismo sim, e isso está sendo discutido já com o Instituto de Turismo. Aí, vou para as perguntas aqui do Vereador João da 5 Irmãos. Com relação ao Fundo de Aval, para o Município, quanto mais acessarem o Fundo de Aval, melhor é. Nós queremos incentivar, queremos que o cidadão curitibano, o empresário utilize o Fundo de Aval. E nós vamos identificando, pouco a pouco, as dificuldades. Uma dificuldade era a questão da certidão negativa. Porque, não a Prefeitura, mas os bancos, ao concederem esse empréstimo, exigiam de toda forma a certidão negativa, e isso gerou a ideia da moratória do setor de eventos, que é um setor que precisa acessar o aval. E, aí, nós conseguimos, com a moratória da certidão negativa, facilitar o acesso ao Fundo de Aval. Acho que 10% ainda é pouco. Já é um resultado considerável, mas ainda é pouco. No entanto, se nós pudermos melhorar o acesso ao Fundo de Aval, vamos melhorar sim, e estamos abertos a sugestões. Até porque o Fundo de Aval também partiu aqui da Câmara, o Vereador Mauro Ignácio também nos mandou uma época a questão do fundo aval. E nós conseguimos pensar e evoluir para esse projeto que temos hoje. Com relação à Fazenda Urbana e aos Armazéns da Família, temos uma parceria importante com o Secretário Gusi. O Município tem um projeto vencedor, eu diria, com os Armazéns da Família. Por que é um projeto vencedor? Porque ele gera recursos, ele se sustenta, e ele atende a população. Então, esse é o exemplo de projeto que deveria ser replicado, do ponto de vista social inclusive, por outros municípios. E acho que as próprias redes de supermercado se convenceram que é bom para elas também. São públicos, de certa forma, diferentes, são produtos diferentes. E nós temos sim ampliado, o Secretário Gusi tem feito um grande trabalho, do ponto de vista da Secretaria de Abastecimento. E nós temos aí, de pessoas beneficiadas, a Professora Josete perguntou, e aí já entro na questão do Gusi também, em torno de trinta e três mil beneficiados por mês com o auxílio de setenta reais, do voucher que nós financiamos. Onde está o financiamento desse voucher? É recurso da Prefeitura Municipal de Curitiba, uma parte via Armazéns. Então, como o Armazém gera resultado, uma parte desse recurso é financiado pelos Armazéns, e uma parte é pelo dinheiro do Tesouro Municipal; um valor, salvo engano, em torno de seis milhões, sete milhões de reais, até o final do ano. E é um projeto que tem dado certo. Afinal, trinta e três mil pessoas aí, trinta e três mil beneficiados não é pouca coisa. Mas vamos fazer o quanto mais possível. Com relação aos dados do Caged, eu peguei aqui os dados até junho, que eu tenho, Curitiba gerou trinta mil, duzentos e quarenta

e quatro empregos, no Caged, até junho, que é o último dado que apareceu para nós aqui. Eu acho que isso bate bastante com o setor de serviços, que é o nosso setor que mais emprega aqui. O setor de serviços, no Brasil, inclusive, é o setor que mais emprega. A nossa arrecadação tem crescido, o faturamento do setor de serviços tem crescido, gera mais empregos, né? Nós, com a Agência Curitiba, investimos em alguns programas com o Sebrae, o Sebraetec, o Fundo de Aval também tem uma parceria do Sebrae. O Sebrae é um parceiro importante para o Município de Curitiba. E temos monitorado, né? O que tivermos de ideias, projetos, sugestões. Com a Agência, temos o Fundo de Inovação, que ainda não foi estartado em razão da pandemia. Mas temos aí projetos para seguir também com a Agência Curitiba. Aí, passando às perguntas da Vereadora Professor Josete, e eu queria esclarecer, até me deu a oportunidade de esclarecer essa questão do IPMC. O IPMC é a dívida mais cara do Município. Nós herdamos em torno de quinhentos milhões de reais de dívidas do IPMC. O que é essa dívida? São aportes que não foram pagos, inclusive a cota patronal, a patronal, de 2016, e aportes não pagos entre 2015 e 2016. Qual é o problema dessa dívida? Ela é corrigida pelo IPCA, que está em torno quase de 10%, mais 6%. Ou seja, estamos pagando aí 16% da dívida, só de correção e juros ao ano. Qual é a nossa proposta? O Município, hoje, em razão da condição fiscal, tem condições de acessar linhas de financiamento muito mais baratas. Então, nós queremos trocar a dívida. Como é que funciona isso? O banco paga o valor para o IPMC, o que é bom, porque o IPMC já encarteira esse recurso dentro do seu patrimônio, e Curitiba, ao invés de pagar quinze anos de IPCA mais 6%, vai pagar 119% de CDI. Fazemos a conta, o CDI a 119%, vai dar o quê? Hoje, seria em torno de 7 ou 8%. Então, a 10%, vezes quinhentos milhões, cinquenta milhões. Isso em um período. Nós imaginamos que vai ter uma economia em torno de cento e cinquenta milhões por ano. Mas isso vai ser discutido, vai ser feita uma consulta também à Secretaria da Previdência, para que não tenha nenhum problema nesse sentido. Então, essa é a explicação para o projeto swap do IPMC, que só é possível porque o Município tem uma condição fiscal boa. Se o Município não tivesse uma condição fiscal, estaria tomando empréstimos a 200% de CDI. Então, nós precisamos aproveitar esse ciclo. Acredito que até o Vereador Professor Euler me perguntou numa audiência: "Ora, por que nós não pagamos em 2019?" Antes da pandemia. Por que nós não simplesmente pagamos o recurso de uma vez do IPMC? Porque nós temos um fluxo de caixa, nós temos reservas, nós temos imprevisibilidade no orçamento público, e nós precisamos ter alguma manobra, do ponto de vista fiscal, para fazer frente a essas necessidades da saúde, do transporte, que são as maiores hoje no Município. Com relação aos fundos de assistência social, que a Professora Josete também perguntou, nós tivemos um acréscimo. Eu mostrei, no penúltimo slide, salvo engano, o acréscimo nas despesas com a ação social. O que acontece é que, às vezes, o recurso do fundo não é utilizado, mas o do Município é. Então, nós temos aí várias fontes de recurso para a assistência social, recursos do Tesouro, recursos do Fundo do Idoso, do Fundo do Deficiente, há diversas transferências também, que são recebidas aí, e nós simplesmente fazemos via Tesouro e via fundo. Então, se executou menos no fundo, como a despesa cresceu, tenhamos certeza de que executou mais no Tesouro. Com relação aos contratos da educação, as aulas vão voltar agora em outubro e nós vamos voltar a pagar o valor cheio desses contratos. Esperamos que, de forma permanente, sem interrupções, que as aulas continuem presencialmente. É importante para a Cidade, é importante para as crianças. Com relação ao auxílio, eu já expliquei, trinta e três mil beneficiados. Esse dinheiro é via Secretaria de Abastecimento e também o FAAC. O FAAC tem um orçamento próximo de trezentos milhões de reais. É claro, ele compra muito, mas vende também. Como eu disse, é um projeto vencedor. A receita corrente líquida do FUC eu já expliquei, ela compõe a base do FUC. Para o Município, nós temos um projeto de retirar isso e tornar uma conta bancária, até

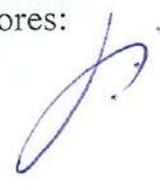
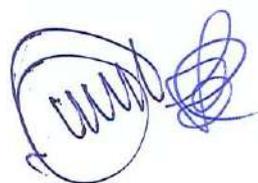
para evitar esse questionamento sobre o Pasep, eu acho que isso é importante, e também não vai ter essa deturpação na receita corrente líquida, que não era um problema até 2020. (L) Com relação à informação de despesas detalhadas, aí já encerro esse primeiro bloco, nós temos o portal, temos dados, estamos à disposição para mais dados, se for necessário. O Município não tem condições de abrir o sistema da execução, do QDV, que é o quadro nosso orçamentário, porque é um sistema interno do Município, nós não conseguimos nem fazer isso. Mas acreditamos aí que, se houver alguma informação específica, de qualquer despesa pública, que nos caiba, por favor, nos encaminhe, a assessoria da Vereadora pode nos encaminhar que nós vamos responder detalhadamente a despesa. Acho que era isso, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço e pediria, se nós pudermos ser mais sucintos, se o senhor puder ser um pouco mais objetivo, devido ao nosso tempo. É uma matéria que exige, até agradeço a forma didática e autoexplicativa como tem sido, mas, se possível, só para que possamos vencer e dar oportunidade aos demais Vereadores para os questionamentos. Eu passo a palavra, nesse novo bloco, ao Vereador Professor Euler. O Sr. Professor Euler:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Srs. Vereadores, servidores da Casa, bom dia, em especial, ao Secretário Vitor Puppi, agradeço por estar aí nessa audiência disponibilizando as informações e nos respondendo. Eu queria fazer uma pergunta muito específica. Esses dias a Prefeitura anunciou a suspensão do reajuste dos servidores, concedido ano passado, por lei, de 3,14%. E aí, logo em seguida, uma ação conseguiu na Justiça uma liminar de que isso, realmente, fosse mantido, o valor de 3,14%. Mas, nessa última folha que nós tivemos, o reajuste não veio pago. Então, esperava-se, com uma determinação judicial, que ele viesse pago numa folha suplementar. Mas, segundo informações, foi entrado em contato com o RH e também com o IPMC, e falaram que isso não seria pago. Eu queria que o Secretário Vitor Puppi esclarecesse se o reajuste de 3,14%, concedido por lei ano passado, vai ser mantido como determina a Justiça, ou se existe algum outro plano para isso. Obrigado, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Para requerimento à Casa, com a palavra a Vereadora Professora Josete. A Sra. Professora Josete:- Sr. Presidente, é que eu não me foi respondido em relação ao auxílio de setenta reais, qual é a fonte de recursos ali, porque como não há detalhamento, nós não conseguimos localizar. Então, em que fonte de recursos está incluído. O Secretário falou que são trinta e duas mil famílias e tal, mas acho que é importante para que possamos até fazer uma pergunta mais específica depois. O SR. PRESIDENTE:- Ok. Vereadora, agradeço. Com a palavra a Vereadora Amália Tortato. A Sra. Amália Tortato:- Obrigada, Sr. Presidente Serginho do Posto. Agradeço as explanações do Secretário Vitor Puppi e, também, da Sra. Aline, que nos trouxe aí os dados com relação à Câmara Municipal. Eu tenho três perguntas. A primeira, é se há uma expectativa de digitalização do processo administrativo fiscal, chamado PAF? quando isso deve acontecer? O senhor falou bastante sobre o impacto do Refic no ano passado, no exercício do ano passado, eu gostaria de saber se há previsão de abertura de um novo Refic para as atividades impactadas nesse ano de 2021? E a minha terceira pergunta refere-se ao projeto que nós devemos votar em segundo turno hoje aqui na Câmara, que institui o novo regime emergencial para as empresas de transporte. O Sr. Ogeny, que é o presidente da Urbs, esteve aqui conosco na segunda-feira e comunicou que, provavelmente, nós teremos aí um impacto orçamentário financeiro acima de cem milhões, porém, nos documentos anexos ao projeto enviados a esta Casa, o Sr. Carlos Eduardo, que faz parte da diretoria de orçamentos da sua Secretaria, informou que o Município teria disponibilidade de aporte ao Município, para o Fundo de Urbanização de Curitiba, no valor de até cem milhões. Porém, o Sr. Ogeny nos informou que o valor provável, a estimativa provável de impacto no orçamento deve ser maior do que esse valor disponível para aporte do Município. Então, gostaria de saber de qual cartola vamos tirar o restante do dinheiro. Obrigada. O SR.

PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Mauro Ignácio. O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado, Presidente Serginho, quero cumprimentar o Secretário Puppi, a Comissão de Economia, a diretora Aline. Bom, Secretário, nós já conhecemos o seu trabalho, o Secretário foi o general do ajuste fiscal nessa Cidade, que passou por esta Casa, quem acompanha a economia de 2017 até hoje, sabe a evolução da Cidade. V.Exa. falava agora sobre reforma tributária, sobre ICMS, enfim, os ajustes que são necessários na economia nacional. Eu quero dizer que Curitiba pode dar a contribuição ao Brasil, colocando o Secretário como Ministro da Fazenda, e o Secretário Jamur como de Planejamento. Acho que uma conversa com o Governador Ratinho Junior e com Prefeito Rafael Greca, vocês estariam liberados para dar sua contribuição ao Brasil. Mas quero dizer, também, que com relação ao transporte coletivo, eu entendo que não é um auxílio emergencial, e sim uma repactuação, o reequilíbrio das finanças. O contrato é X, A Prefeitura não está dando X mais Y, ela está dando o Y. E, no caso, é menor do que o valor que seria portado em tempos normais. Gostaria que o Secretário discorresse um pouco sobre isso, porque está se criando um factóide sobre isso, no meu entendimento. A população está recebendo uma informação distorcida, como se fosse um auxílio aos empresários, algo além do que está previsto no contrato. E nós, pela explicação do presidente Ogeny, entendemos o contrário. Gostaria de ouvir a sua opinião sobre esse assunto. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Antes do Secretário Puppi responder, eu passo a palavra à Vereadora Indiara. A Sra. Indiara Barbosa:- Presidente, solicito a prorrogação da Sessão por mais vinte minutos. O Sr. Pier Petruzziello:- Presidente, só uma pergunta. (Assentimento). Eu tenho um compromisso com o Prefeito Municipal, uma reunião importante, na sequência quem vai falar é o Vereador Nori, correto? Se puder me contemplar com a minha fala, também, logo na sequência, para não ter que fazer o bloco inteiro. Não sei se é possível, até se o Vereador Nori me ceder à frente, só na questão da condução. Obrigado pela gentileza. O SR. PRESIDENTE:- Eu só vou perguntar ao Presidente Tico Kuzma, nós temos o encerramento da Sessão à 12h e 06min, salvo engano. Então, se o senhor quiser dar encerramento à Sessão, nós continuamos a audiência. (Assume a Presidência o Vereador Tico Kuzma) O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma):- Vereador Serginho do Posto, como Presidente da Câmara, considerando o tempo regimental perto do final, não teremos a segunda chamada, então, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra, Extraordinária, híbrida, para hoje, dia 29 de setembro, às 14h, com a Ordem do Dia publicada no Diário da Câmara. Está encerrada a Sessão às 12h. V.Exa. pode continuar conduzindo a audiência pública. (Encerra-se a Sessão e continua a Audiência Pública) O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a gentileza, Sr. Presidente. Reforçando que às 14h teremos Sessão Extraordinária. Passo a palavra, de imediato, ao Vereador Pier Petruzziello. Agradeço a gentileza do Vereador Nori por fazer a troca para que o Vereador Pier se manifeste, pois ele tem um compromisso de imediato. Com a palavra o Vereador Pier, depois nós devolvemos ao Secretário. O Sr. Pier Petruzziello:- Presidente, muito obrigado pela gentileza, também ao Vereador Nori e todos os colegas Vereadores, por terem me cedido à frente devido ao meu compromisso às 12h e 30min. Eu quero cumprimentar o Secretário Vitor Puppi, primeiro, pela forma respeitosa que sempre tratou esse Parlamento, Presidente. Ele se dispôs, inclusive, a vir aqui hoje pessoalmente nessa audiência pública, o que mostra um denodo frente à condução dos seus trabalhos e nosso trabalho aqui na Câmara. Então, ficam aqui os meus respeitos e minha saudação ao Secretário Vitor Puppi. Eu quero, também, parabeniza-lo, Secretário, pela presidência à frente da Abrasf. Pouco se valoriza em Curitiba e no Paraná, mas nós tivemos um Secretário do Município de Curitiba liderando, à frente dos Secretários de Fazenda dos Municípios do Brasil inteiro, inclusive, levando a Brasília as propostas de uma reforma tributária concreta, boa, prática e que tenha eficácia lá na frente. O

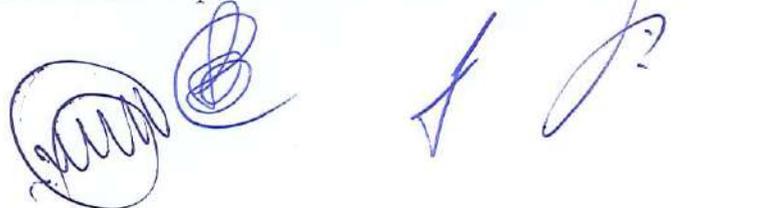
Secretário Vitor começou a sua explanação dizendo que Curitiba toca sua vida com os próprios recursos. Eu acho que essa frase merece um destaque hoje, até se nossa imprensa puder destacar isso, porque essa é a grande verdade do que aconteceu no Município Curitiba. O Município de Curitiba não tem apoio real dos outros entes, essa é a verdade, nós precisávamos demais, o Governo Federal repassou apenas sete milhões de reais, nós estamos aqui desconsiderando a pandemia, porque a pandemia, o Governo Federal repassou sim recursos, sabemos disso. Eu quero registrar aqui e comentar o aumento do ISS para 27%, que eu acho que foi um grande destaque da Cidade, só estou comentando, não vou fazer perguntas ao Secretário, mas acho importante comentar. Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, prometeu aprovar uma reforma tributária, nós fazemos um apelo, inclusive, para que o Secretário Vitor Puppi não deixe de participar de perto dessa reforma, porque eu sei que é um Secretário que tem prestígio, inclusive no âmbito nacional, já esteve com o Presidente da Câmara, Arthur Lira. É importante destacar aqui que nós temos um problema sim no País, de ordem tributária, que é muito complexo, tanto PIS, Cofins, ICMS, que são os tributos mais complexos que nós temos, além do ISS. E Curitiba consegue, com seus recursos, com suas economias, com aprovação do plano de recuperação, inclusive, fazer uma boa gestão na área financeira. Vale destacar que se não fosse isso, nós teríamos perdido, Presidente Sergio, para a pandemia. Colocamos mais recursos próprios, é bom que se diga, do que o Governo Federal colocou aqui no Município. Então, parabéns ao Secretário, a Câmara Municipal e o Prefeito de Curitiba Rafael Greca. Obrigado, era esse o comentário. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Secretário Vitor Puppi. O SR. VITOR PUPPI:- Eu agradeço as colocações, as perguntas, muito obrigado, Vereador Pier, fico lisonjeado com as colocações de V.Exa. e do Vereador Mauro Ignácio. Quero começar falando um pouco sobre o transporte público e o projeto de votação que está aqui na Câmara. O regime emergencial é, provavelmente, a pior solução para o problema, uma exceção de todas as outras. Porque nós não temos alternativa para manter um sistema em que o custo aumenta, todos nós sabemos aí o custo dos insumos, há uma necessidade de manutenção ou expansão da frota, ou seja, nós rodamos aí boa parte do tempo com uma frota, para existir algum espaçamento no sistema, e isso é custo. A diferença entre a receita do sistema, vale dizer, e a despesa que contempla a integração, então, acho que é importante sempre lembrar disso, Curitiba hoje banca boa parte, se não a totalidade, praticamente da integração com os Municípios vizinhos. E essa despesa é muito considerada. A Urbs estima em torno de cento e oitenta milhões de reais. É o custo aí da integração, talvez mais agora em razão dos insumos. Vejam que os aportes que nós estamos fazendo são próximos dessa figura. Então, não existe solução mágica para o transporte continuar funcionando. Esse não é um problema só de Curitiba, não é um problema do Estado do Paraná e nem do Brasil, é um problema do mundo. Nós temos aí o mesmo problema em Nova Iorque, no metrô, temos em cidades europeias, em que o número de passageiros diminuiu e o sistema tem que continuar funcionando. A forma do regime emergencial diminui o custo do sistema, porque ela tira do cálculo da despesa fatores como lucro das companhias, amortização e outros itens, que de setenta milhões de reais por mês o custo, cai para em torno de quarenta. Esse é o cálculo da Urbs. Aliás, é a Urbs quem faz esse cálculo, O Gogeny esteve aqui e nós, como Tesouro Municipal, indicamos simplesmente os recursos a serem repassados. Agora, manter o sistema custando setenta milhões de reais por mês seria pior, por que o que acontece? Vai remunerar as concessionárias num valor mais alto. Então, a única forma disso ficar um pouco mais equilibrado, é claro que o ideal seria não ter subsídio nenhum, é reduzindo o custo do sistema, ou aumentar a tarifa, o que está completamente fora de cogitação nesse momento, nesse ano e nesse mês agora. Então, a solução é o Tesouro Municipal, que tem recursos. Imaginem V.Exas. se o Tesouro Municipal não tivesse recursos? Nós nem estaríamos discutindo auxílio



emergencial, estaríamos discutindo a paralização do transporte, o que tem que operar, medida judicial para manter o sistema (K) funcionando. Seria assim. Mas, o Município tem condições de aportar recursos de uma forma que a Urbs conseguiu fazer uma engenharia que torne mais barato que o sistema. Então, é a solução que nós temos, que nós achamos mais proveitosa para os cofres públicos, até que outra seja pensada. Confesso a V.Exas. que nós tivemos inúmeras reuniões com a Urbs, porque do ponto de vista do Município, do Tesouro Municipal, é um valor muito alto também, impacta o nosso resultado financeiro, o nosso resultado do exercício. Impacta classificação fiscal, duzentos milhões a mais significa, às vezes, um rating que é importante para nós, embora nesse momento nós simplesmente não estamos pensando muito nisso, em razão da pandemia, mas impacta também. Então, é a solução que se mostrou até agora, até esse ponto, mais vantajosa para o Município. Com relação ao Refic, Vereadora Amália, nós não temos previsão de novo Refic. Aliás, quero dizer que pessoalmente sempre defendi isso junto ao Prefeito Rafael Greca, sempre tive muitas reservas com relação aos programas de parcelamento porque, de certa forma, é um desincentivo para quem paga em dia o tributo. É claro que durante a pandemia isso tudo foi relativizado. Até me lembro de uma fala da Vereadora Professora Josete também nesse sentido, que em razão da pandemia o Refic se tornou praticamente irresistível. Mas, incentivar programas de perdão, de anistia, de parcelamento, é um pouco temerário do ponto de vista da continuidade da arrecadação corrente. Temos que incentivar quem paga em dia! É claro, estamos pensando em projetos específicos para setores, como fizemos com o de eventos, pensamos também para hospedagem, não temos solução, mas estamos pensando em alguma alternativa a ser apresentada. Como mostrei naquele mapa de calor, eles foram impactados, mas um programa geral, até porque, vê-se bem, alguns setores já estão recuperados ou até faturando mais. Nós não temos previsão, realmente, de um novo Refic em breve. Com relação à digitalização, nós digitalizamos os processos já do Conselho de Contribuintes. A entrada no processo eletrônico, estamos já começando a digitalização de todos os PAFs. Isso deve acontecer em breve. Eu acho que é o que falta digitalizar para acabar de vez com esse papel. Como tem muita nota fiscal, documentos, vai dar algum trabalho, mas nós vamos fazer sim, vamos finalizar essa digitalização. Com relação à intervenção da Vereadora Professora Josete sobre o auxílio de setenta reais, para esclarecer, como é executada essa despesa? É executada via Secretaria de Abastecimento. Nós suplementamos na Secretaria uma parte, e uma parte desses recursos vem via o FAC, o Fundo. O Fundo é extraorçamentário, vale dizer. Então, essa despesa ocorre via FAC e via Secretaria. Se houver necessidade, Vereadora, podemos passar também um decreto de suplementação desses recursos que nós fizemos, ou as informações podem ser solicitadas também para o Secretário Gusi, da pasta. E, finalmente, Vereador Professor Euler... Desculpe, Presidente Serginho, eu tento ser breve, sei que é necessária a participação, mas algumas perguntas demandam um pouco mais de explanação. Com relação à reposição da inflação, uma questão meramente 100% jurídica. A solução foi dada pela Procuradoria Geral do Município, que teve por cautela obedecer a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, do Ministro Alexandre de Moraes, esse valor, para nós, do ponto de vista financeiro, sempre esteve previsto como despesa do Município. Então, não faz diferença. Nós já temos esse valor contabilizado até o final do ano, inclusive para efeito de 13°. Aliás, vale lembrar, Curitiba teve reposição da inflação, mesmo que parcial, com exceção de 2017, em todos os anos. O Estado do Paraná não deu. O Estado do Paraná há cinco anos, salvo engano, não repõe a inflação dos seus servidores. Nós, com muito esforço, fizemos essa reposição. E esse valor dos 3,14%, eu fui informado aqui, deve ser pago na folha suplementar do dia 13 de outubro, essa diferença que foi objeto de uma ação judicial. Eu acho que a partir daí a questão fica pacificada. Era isso, Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Temos mais um bloco de três Vereadores:

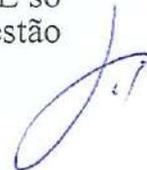
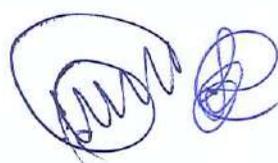


Nori Seto, Tico Kuzma e Denian Couto. O Sr. Nori Seto:- Muito obrigado, Vereador Serginho. Bom dia, Vereadores, Vereadoras, servidores da Casa. Bom dia a todos que nos acompanham nessa quarta-feira. Bom dia, Secretário Vitor Puppi, a quem eu cumprimento pelo ótimo trabalho que vem desenvolvendo, principalmente nesse período de pandemia, que é repleto de desafios e de incertezas. Eu tenho dois questionamentos. O primeiro é com relação ao Conselho Municipal de Contribuintes, que desenvolve importante trabalho, e que agora no mês de abril tem uma nova composição. Eu gostaria de saber com que frequência essas turmas, as câmaras de julgamento se reúnem, e se o trabalho dos conselheiros é remunerado. Em caso positivo, eu gostaria de saber qual seria esse valor para cada conselheiro, e com que frequência seria, se é mensal ou por sessão, e se todos são remunerados de forma igual, os representantes dos contribuintes, os representantes da Fazenda Pública e do Município. O segundo questionamento é com relação às multas que foram aplicadas por descumprimento dos protocolos sanitários agora na pandemia. Inclusive, foi questionamento da última audiência pública que tivemos aqui, mas é bom atualizar. Então, sabemos que têm sido aplicadas várias multas, um grande montante, e gostaria de questionar qual o valor efetivamente pago pelas pessoas que são autuadas. Seriam essas as minhas perguntas. Agradeço pela atenção. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Presidente Tico Kuzma. O Sr. Tico Kuzma:- Obrigado, Presidente Serginho do Posto. Cumprimento V.Exa. mais uma vez, os membros da Comissão de Economia e toda assessoria da Comissão de Economia da Câmara Municipal, que possibilitam essa audiência pública. Cumprimento o Secretário e o parabenizo mais uma vez pela apresentação. E quero, Secretário, mencionar o nome do Sérgio Primo, do seu departamento, da Secretaria de Finanças, e assim cumprimentar todos os servidores da Secretaria de Finanças que prestam um excelente atendimento à Cidade, e também orientação aos Vereadores, quando têm alguma questão, alguma dúvida sobre algum processo. Secretário, eu gostaria que o senhor falasse um pouquinho sobre essa questão que vai apresentar na segunda-feira, sobre o Município ter a possibilidade desses títulos municipais, para que as pessoas façam esse investimento. Nesse sentido, o que precisa para ser aprovada essa questão dos títulos. Muito obrigado. O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Denian Couto. O Sr. Denian Couto:- Obrigado, Presidente, mais uma vez. Quero cumprimentar o Secretário Puppi. Obrigado pela presença com atenção a esta Casa, pela clareza na exposição das ideias, com equilíbrio. Importante nós sublinharmos isso nesse momento. Secretário, são três perguntas, duas minhas e uma do colega Herivelto. Eu começo pela do colega Herivelto, que penso seja uma questão a todos os Vereadores. Se já há alguma determinação, por parte da Prefeitura, quanto ao montante que será possibilitado para emendas parlamentares, no orçamento do ano que vem. É uma pergunta objetiva. As outras duas perguntas são sobre tributos do Município, IPTU e ISS. Qual IPTU o cidadão receberá em casa para o ano que vem? É o IPTU com aumento, sem aumento? Qual é o cenário que nós podemos aguardar quanto ao IPTU. E a segunda é um tema sobre o ISS. Penso que até já lhe fiz essa pergunta da outra vez, e gostaria de reiterar novamente, a possibilidade de pagamento parcelado, perdão, não é do ISS, do ITBI. A possibilidade de pagamento parcelado do ITBI, que é uma demanda de muitas pessoas quanto a necessidade, principalmente neste momento de pandemia, quanto ao pagamento do tributo. Agradeço muito, Secretário. O SR. PRESIDENTE:- Secretário, vou pedir mais uma vez escusas, como temos mais três Vereadores inscritos, para que eles tenham acesso a participação na audiência, a Vereadora Indiara Barbosa vai encaminhar requerimento. A Sra. Indiara Barbosa:- Presidente, solicito a prorrogação da audiência por mais quinze minutos. O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento da Vereadora Indiara Barbosa, que solicita prorrogação de quinze minutos na audiência. (Pausa). APROVADO. Com a palavra o Secretário Vitor



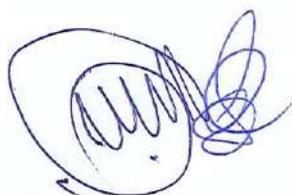
Puppi. O SR. VITOR PUPPI:- Muito obrigado, Presidente. Vou ser bastante objetivo para abreviar o tempo. Agradeço as perguntas do Vereador Nori Seto. Com relação ao Conselho de Contribuintes, ele é presidido pela Procuradoria Geral do Município. Existe uma remuneração, por sessão, de trezentos e setenta e cinco reais, tanto para o conselheiro privado, como para o conselheiro do setor público, procuradores e auditores municipais. Salvo engano, as reuniões dependem da Câmara, acho que são semanais algumas, e quinzenais as outras. Mas, o nosso objetivo nesse sentido, e só para esclarecer, é zerarmos esse estoque. Nós tínhamos no estoque, até tem uma tela eu passei na apresentação, nós tínhamos em torno de trezentos milhões de reais em julgamento. Boa parte pelo Refis, o Refic foi absorvido, queremos zerar o máximo possível. Com relação às multas da pandemia, nós não temos ainda os dados de arrecadação. Os valores, até agora, são ínfimos, porque as pessoas recorrem, usam o seu direito constitucional do devido processo legal, então existe impugnação, depois existe recurso. Mas eu estou pedindo já aqui para informar ao seu gabinete dos valores que já entraram no Município. Se houver alguma outra necessidade, por favor me avise, Vereador, estou à disposição também nesse sentido. Vou passar para as perguntas do Vereador Denian e também do Vereador Herivelto, que mencionam a questão das emendas. Nós estamos encaminhando, Vereador, a lei orçamentária, e vamos colocar em torno de oitocentos mil reais de emendas. Essa é a previsão que nós temos, considerando o orçamento de 2022. Vale lembrar que as emendas de 2021 estão todas liberadas, dependendo de cada Secretaria a execução. Mas, o valor que previmos foi esse, oitocentos mil reais para as emendas. Com relação ao IPTU de 2022, estamos estudando, mas a ideia é não ter mais o gatilho em 2022, em razão da pandemia. Ainda temos uma base um pouco depreciada em alguns imóveis, isso é importante explicar. Alguns imóveis já estão no topo, imóveis novos. Então, a pessoa construiu um imóvel, a construtora, a incorporadora lançou no mercado, a base do IPTU já é uma base cheia. Então, vamos dizer, um imóvel que valha quatrocentos mil reais, quinhentos mil reais, o que acontece é que existem imóveis antigos em que a base ainda não chegou no valor atualizado. Por isso que existia esse gatilho, subia a inflação, mais um percentual, até que se chegasse nessa medida. Nós, em muitos imóveis, não chegamos. Mas, em razão da pandemia nós não pretendemos implementar esse gatilho em 2022. Temos uma obrigação legal de enviar um projeto para Câmara, até 15 de outubro, prevendo uma nova planta genérica de valores, é uma disposição que consta em lei, até o primeiro ano do mandato de cada prefeito. Estamos discutindo como vamos fazer isso, em razão do período que vivemos. Provavelmente prorrogar essa questão, até porque nós tivemos a Lei de Zoneamento, que foi aprovada recentemente, e que também impacta no cálculo do IPTU. Então, nós vamos ter que adaptar isso, estamos trabalhando internamente com uma planta genérica, enfim, mas não deve ser um momento agora de ser apresentado, em razão da circunstância que vivemos hoje. Então, para 2022 nós não imaginamos aumento, do ponto de vista dos gatilhos que desde 2015 eram praticados. Com relação ao ITBI, nós acabamos com o parcelamento em 2017. E nós acabamos por uma razão até procedimental, porque o ITBI passou a ser pago na escritura. E aí o próprio tabelião, ao lavrar a escritura, tem que dar quitação do ITBI. Então, nós tínhamos essa dificuldade técnica do ponto de vista de acerto do parcelamento do ITBI. E, por outro lado, apenas 6% das pessoas parcelavam o ITBI, mesmo quando era para possível o parcelamento. Então, não era um contingente tão grande de pessoas. O que nós fizemos? Hoje nós oferecemos o parcelamento, é claro que não é toda pessoa que pode pagar, infelizmente, nós sabemos disso, por cartão de crédito. Estamos estudando outras medidas, talvez via PIX, podemos pensar em alguma questão quando for implementado. Hoje, não temos a previsão de estabelecer um novo modal de parcelamento, porém, isso precisa ser discutido também. O Supremo Tribunal Federal julgou, em 2020, um caso com repercussão

geral, ainda não transitou em julgado, dizendo que o momento para se exigir o ITBI deve ser a matrícula do imóvel. Então, essa questão ainda está controversa do ponto de vista da interpretação judicial, a do ITBI. Nós estamos aguardando essa questão se acomodar, outros municípios têm feito a mesma coisa. E, a partir daí, se for necessário, (V) vamos mudar a sistemática. Por enquanto, como não transitou em julgado, mantivemos a sistemática do ITBI na escritura. Mas isso vai ter que ser discutido, a depender da posição do Supremo Tribunal Federal, que sinalizou que deve mudar a questão da incidência do tributo. Finalmente, já com relação à pergunta do Vereador Tico Kuzma, a quem agradeço, acho que isso é uma inovação, é uma questão ousada. Antes se podia, até a Lei de Responsabilidade Fiscal, se podia emitir títulos. O que acontece é que alguns entes federativos, alguns Estados em especial, emitiram títulos de forma desordenada. Não é segredo a questão dos títulos podres de alguns Estados, que foram renegociados com empréstimos bancários, oferecidos como garantia em bancos públicos. Tudo isso gerou muita confusão na época. E, a partir daí, o Tesouro Nacional optou por proibir a emissão de títulos por entes subnacionais. Isso já faz vinte anos, foi em 2.000, uma resolução do Senado. E essa vedação foi incluída numa lei complementar também. Então, teríamos que mudar uma lei complementar. A proposta que queremos apresentar é que entes em condição excepcional de gestão fiscal, e o Tesouro Nacional hoje, em razão dos parâmetros, consegue facilmente verificar isso, tenham essa condição de emitir títulos. Por que vamos continuar privilegiando o setor financeiro, o setor bancário, se nós podemos montar uma operação mais barata para o cidadão curitibano? E por que não captar também esse recurso não só em Curitiba, mas captar fora? Se eu tenho um investimento em que, hipoteticamente, Florianópolis é uma boa pagadora e vai me pagar juros de 8%, 10%, eu vou investir em Florianópolis. Então, por que não fazer esse programa, para que possamos vender Curitiba também, para alavancar investimentos no Brasil? Então, vamos apresentar para o Secretário Sachsida, na segunda-feira. Vamos dar repercussão, acho que é uma bandeira importante. Acho que Curitiba sai na frente também em razão do Fundo de Estabilização Fiscal, que foi aprovado na Câmara. Porque, aí, temos a segurança da pessoa que investir, de ter um colchão: "Olha, se Curitiba não pagar, eu tenho o fundo também." É um mecanismo bastante interessante, que acho que isso gera investimento e gera receita para a Cidade. Era isso, Presidente Serginho. O SR. PRESIDENTE:- Próximos inscritos, Vereadores Noemia Rocha, Mauro Bobato e Marcelo Fachinello, e encerraremos as perguntas dos Vereadores. Concedemos a palavra à Vereadora Noemia Rocha. A Sra. Noemia Rocha:- Muito obrigada, Sr. Presidente Serginho. Parabéns à Comissão de Economia, que está fazendo esta audiência pública. Quero cumprimentar o melhor Secretário, Vitor Puppi, o dono do dinheiro, e aí fazemos as perguntas. Mas, ao mesmo tempo, Secretário, talvez eu faça perguntas que o senhor já respondeu. Como sou a última, ou quase a penúltima, se fizer alguma pergunta que o senhor já respondeu, por favor desconsidere. Mas se puder me responder, ótimo. Secretário, como a Secretaria de Finanças, ou o senhor, participou dessa elaboração da prorrogação do regime emergencial do transporte coletivo, que particularmente eu discordo? E se o senhor já detalhou a fonte de recursos orçamentários. Porque, no anexo, falou-se em superávit, mas de recursos livres. E que recursos são esses? E quais os valores? Acho que o senhor até já respondeu, mas se puder destacar, ajuda muito. E por que esse mesmo superávit, Secretário, não proporcionou o auxílio emergencial a outros setores? Temos empresas quebrando, fechando, microempresas. E, na nossa leitura, são merecedoras também desse regime emergencial, que, diga-se de passagem, vamos culpar, e tem muita gente culpando, o contrato, Secretário. Mas o contrato foi feito nesta Casa, muitos Vereadores que estão aí aprovaram. Eu votei contrário, é óbvio. É um contrato muito ruim. Mas também é possível que a Prefeitura tire esse contrato. É só uma questão de leitura. Mas, enfim, por que os comércios, os serviços, não estão



sendo beneficiados dessa forma? Sabemos que a atividade principal na área fiscal é a arrecadação política tributária. Qual o impacto das cobranças fiscais feitas extrajudicialmente? Ou seja, com a cobrança da dívida ativa diretamente por cartórios. Pode me responder qual seria esse impacto? Só um pouquinho, Presidente, só para terminar. Qual é o impacto, no quadrimestre, do programa Nota Curitibana? Acho que o senhor disse isso também. Como a secretaria tem pensado nessa ferramenta de políticas fiscais, para absorver os efeitos e crises da Covid? E se a Secretaria tem estudos, Sr. Secretário, para novas políticas fiscais, como tributos verdes, eco tributos, que foi inclusive uma emenda que eu apresentei no Plano Diretor de 2015. Mais uma pergunta: quanto que nós temos de arrecadação nas multas de festas clandestinas, que foi um projeto de nossa autoria? Desculpa, Serginho. Muito obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Eu que agradeço, Vereadora, a compreensão. Concedemos a palavra ao Vereador Mauro Bobato. O Sr. Mauro Bobato:- Obrigado, Presidente Sergio. De maneira breve, não vou nem fazer perguntas, Vitor, só vou agradecer a você, ao Francisco Inocêncio e ao Sergio Primo, que sempre nos orientam e nos dão subsídios para entendermos o que vocês estão fazendo na Cidade de Curitiba. Vocês que são a chave do cofre, e são os que dão as diretrizes para as políticas públicas. Então, já vi vários secretários debatendo: "Temos que conversar com o Vitor." E é uma tarefa difícil fazer arrecadação, fazer essa distribuição, que sempre o recurso acaba faltando. E só uma projeção, desejar que você aproveite essa expertise e possa futuramente estar no lugar do Paulo Guedes, porque você centrou a Cidade de Curitiba. Tem-se um trabalho muito grande a se fazer, você conseguiu dar essa expertise também em nível nacional, nós acompanhamos, e de uma maneira técnica. Você acaba sendo um agente político, mas de uma maneira técnica, prestando o seu serviço. Então, acompanhar o trabalho que você fez aqui em Curitiba, o que você tenta fazer em nível nacional, é um alento para que possamos ter avanços, num segundo momento talvez, não agora. Eu até fico até ressentido, como o Pier colocou, sete milhões para uma Capital como Curitiba, do Governo Federal, é muito pouco recurso. E essa articulação, esses avanços, com o tempo, nós colheremos. Sei que você teve até propostas para se afastar um pouco daqui, mas ainda bem que ficou. Tomara que seu futuro leve o legado que você deixa em Curitiba e em nível nacional. Obrigado pela oportunidade de acompanhar o seu trabalho. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereador Mauro Bobato. Concedemos a palavra ao Vereador Marcelo Fachinello, e encerraremos esse bloco. O Sr. Marcelo Fachinello:- Obrigado, Presidente Serginho, pela concessão da palavra. Bom dia ao Secretário, aos Vereadores e Vereadoras, e a quem nos acompanha pelas redes sociais aqui da Casa. Quero agradecer ao Secretário Vitor pela disponibilidade de vir aqui, agradecer também a ele e à sua equipe por todas as vezes que estivemos lá nos receberem muito bem e atenderem diversas demandas. Por exemplo, quando levamos para lá a sugestão de moratória fiscal, boa parte foi atendida pela Secretaria. Secretário, estamos iniciando aqui nesta Casa o processo de discussão da reforma da previdência do Município, através de uma comissão especial, da qual sou Presidente. E é bom salientar isso, isso é algo obrigatório, a reforma da previdência federal de 2019 não abarcou os estados e os municípios, e eles passam a ter que fazer as suas reformas individualmente. Estamos ainda, como eu disse, em uma fase inicial, discutindo apenas a alteração da Lei Orgânica do Município nessa comissão especial, e depois vamos entrar em detalhes, após a aprovação final, caso ela aconteça. Porém, o senhor falou rapidamente sobre os aportes que não foram feitos na gestão passada, é importante salientar, e aqueles que são feitos atualmente, rigorosamente em dia, garantindo os pagamentos das aposentadorias e pensões, e que comprometem o caixa do Município. A minha pergunta é objetiva: se essa reforma não for feita no curto prazo, Secretário, o que pode acontecer com as aposentadorias e pensões, que são pagas aos servidores? E nesse mesmo curto prazo, se a reforma não for feita, qual é a estimativa de aporte

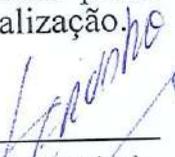
anual do Município, para manter esses pagamentos em dia? Podemos colocar talvez um curto prazo, o senhor é de Finanças, não sei qual é o prazo curto para o senhor, mas vamos lá, vamos colocar em cinco anos, se essa reforma não for feita agora. Obrigado pela disponibilidade, mais uma vez. O SR. PRESIDENTE:- O Secretário Vitor, então, encerra as devolutivas das perguntas, e na sequência já pode fazer as suas considerações finais, por gentileza. O SR. VITOR PUPPI:- Muito obrigado, Presidente. Quero voltar a uma pergunta que não respondi, da Vereadora Amália, que é a questão dos cem milhões da declaração. Aliás, se não respondi alguma pergunta, por favor, estou à disposição. Essa variação que a Urbs calcula é mensal, depende do número de passageiros. Se o sistema for voltando, a necessidade de aporte é menor. Quando discutimos com a Urbs, imaginamos que em torno de noventa a cem milhões de reais seriam o suficiente. E ainda imaginamos que deve ficar em torno disso. Claro, tem essa questão da prorrogação da cobrança da renovação da frota, que o Presidente Ogeny esteve aqui explicando. Acredito que isso ainda será ao máximo negociado, com a participação da Urbs, já que a Urbs é anuente desses contratos de renovação da frota. E isso pode ter um impacto maior ou menor, se a prestação mensal em torno de dez a doze milhões de reais. Os bancos, minha posição pessoal, nós temos que fazer os bancos aceitarem um valor menor. É claro que é direito deles, mas é uma situação completamente atípica. Então, eu acredito e tenho fé que os bancos saberão, até porque Curitiba é uma grande cliente dos bancos, poderão aceitar pelo menos um valor menor; e aí vai diminuir o impacto. Então, é muito difícil calcular o impacto do ponto de vista financeiro. Isso quem faz é a Urbs. Nós reservamos recursos. Então, temos reservado cem milhões de reais para fazer frente a esse regime emergencial. Queremos acreditar que vai ser menos. Agradeço, então, à Vereadora Noemia Rocha. São várias perguntas, vou tentar responder de uma forma rápida. Com relação ao transporte coletivo, complementando o que eu disse agora, a fonte de recursos é o superávit. O que é o superávit? É simplesmente a sobra, o esforço fiscal que o Município fez no ano anterior e se traduziu em recurso financeiro. E nós utilizamos esse recurso financeiro para pagar o regime emergencial. Esse é o superávit, o superávit real. Aliás, para bater isso é fácil, é só ver a última declaração, a última prestação de contas do quadrimestre de cada ano, e ver qual foi o valor do superávit. É desse recurso que utilizamos a fonte. Essa é a fonte para pagamento dessa despesa extraordinária do regime emergencial. Com relação à contribuição e subvenção para empresas, lançamos mão de diversas alternativas: o Fundo de Aval, a questão de parcelamentos, diferimentos de prazos, a moratória específica do setor de eventos. É claro que o Município tem limites. Não podemos simplesmente injetar dinheiro nas empresas. Nós não temos esse papel, do ponto de vista da política econômica nacional. Quem faz isso é o Governo Federal, e fez de alguma maneira ou de outra, tem feito, seja por meio dos auxílios do Governo Federal ou programas de crédito que eles têm feito. Nós investimos até um limite. Agora, subvencionar companhias e empresas, o Município não tem capacidade. Até porque, se formos subvencionar todas essas empresas, vamos também cometer injustiças fiscais. Então, é uma questão de limitação mesmo, do ponto de vista do Município. O Município também optou por subvencionar pessoas em situação de vulnerabilidade social, com o programa do auxílio do voucher de setenta reais, que vamos manter até o final do ano, com recursos do Município. Com relação às cobranças fiscais, o protesto é realizado pela Procuradoria Geral do Município, porque é o protesto da dívida ativa, então, toda a receita, a operação, fica com a Procuradoria Geral do Município. A Secretaria de Finanças não participa da questão do protesto. Então, os valores eu não tenho, mas tenho certeza de que a Procuradoria Geral do Município pode informar. Com relação ao Nota Curitibana, o nosso impacto é da premiação especial e da devolução dos créditos, em torno de quatro milhões de reais, é o que prevíamos no orçamento de 2021. Mas é um programa vencedor. Ou seja, nós temos



aí resultados importantes com o ISS. Claro que é muito difícil, Vereadora, quantificar o quanto do crescimento do ISS vem do Nota Curitibana. Mas as pessoas, pedindo a nota fiscal, têm uma participação até cultural no aumento do faturamento da arrecadação, na verdade na emissão de nota fiscal. Até posso trazer esse dado, da quantidade de notas fiscais. Aliás, temos esse dado pronto. Posso mandar, vou pedir para o nosso Superintendente Francisco Inocêncio mandar para o seu gabinete a quantidade de notas fiscais e o aumento da emissão de notas fiscais, durante o programa do Nota Curitibana. Com relação às multas, que foi uma pergunta do Vereador Nori Seto também, tenho aqui já alguns valores que a assessoria me passou. Então, aqui, multas recolhidas: (T) quantidade de uso do narguilé, cinco mil reais; trinta mil reais, atividades de bar; quarenta e cinco mil reais recolhidos no total, até agora, a título de multas. A grande maioria, obviamente, está em discussão administrativa, vai ainda levar algum tempo. Mas posso passar essa informação mais detalhada também tanto para o gabinete do Vereador Nori Seto, como da Vereadora Noemia Rocha. E, finalmente, com relação aos tributos verdes, Curitiba tem uma, eu mostrei naquela tela, cento e onze milhões de reais em renúncia, a título de benefícios fiscais para áreas verdes. É claro que a economia é dinâmica, até a Vereadora Maria Leticia também apresentou um projeto para beneficiar áreas verdes, só que nós temos que verificar até quanto que nós podemos ir. Porque cada renúncia, hoje, exige uma compensação fiscal de aumento de receita. Então, se aumentar uma renúncia da área verde, é preciso aumentar a arrecadação a outro título. Essa é uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas podemos estudar projetos. Eu quero agradecer as colocações do Vereador Mauro Bobato, fico humildemente lisonjeado, quero dizer que é uma honra ter a oportunidade de servir a Cidade, estar aqui na Câmara é algo gratificante. O trabalho realmente é extenuante, mas os resultados aparecem, e estar aqui na Câmara, na companhia de V.Exas., é realmente algo bastante gratificante, sempre foi, durante esses cinco anos de Secretaria de Finanças. Finalmente, a reforma da Previdência, talvez um dos temas mais importantes que nós temos, Vereador Marcelo Fachinello. Nós estimamos aí que o custo de não fazer a reforma seja superior a um bilhão de reais nos próximos cinco anos. Como que funcionaria isso no Município? Nós deixaríamos de pagar aposentadorias e pensões? Possivelmente teríamos dificuldades na operação do IPMC, por quê? Porque nós teríamos que injetar sobra de recursos para fazer frente a esses aportes, ou não pagar os aportes, como algumas gestões aí fizeram, o que é muito ruim para o Município. Então, hoje, nós temos aí uma previsão equilibrada para esse ano, para o próximo ano. Mas precisamos fazer a reforma da Previdência. Até porque, se o Governo Federal fez, se o Estado do Paraná fez, não tem como Curitiba não fazer. Vale lembrar que nós já fizemos uma parte dessa reforma em 2017, fomos a primeira Cidade a criar a Previdência Complementar, majoramos de forma escalonada a alíquota. Aliás, quero dizer, nós não precisaríamos majorar a alíquota imediatamente para 14%, poderíamos seguir na nossa forma escalonada, mas foi uma determinação da Secretaria da Previdência, do contrário, o Município perderia a Certidão de Regularidade Previdenciária, o que implica, impacta questões fiscais e também questões de operações de crédito. Então, a reforma da Previdência precisa ser discutida, nós não temos por que adiar a reforma da Previdência, precisamos discutir, avançar, não só como medida de economia do Município, mas também de sustentabilidade do próprio título de Previdência. Acho que isso é muito importante, é uma reforma que o Presidente Breno Lemos tem encaminhado aí com a Câmara, e nós também estamos à disposição, Vereador, lá na Secretaria de Finanças, para prestar outras informações. O SR. PRESIDENTE:- Encerrando esta Audiência, eu gostaria de agradecer também a presença do Secretário Vitor Puppi, juntamente com sua equipe, nesse dia de hoje, presencialmente, na Câmara Municipal, demonstra o respeito e o apreço a esta Casa. Quero agradecer ao Vereador Presidente Tico

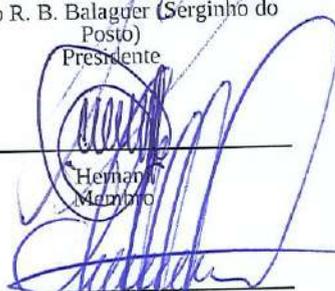


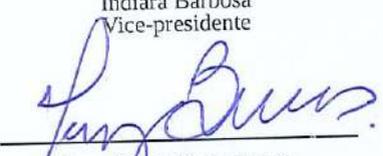
Kuzma pela oportunidade da Audiência nesta data, a todos os membros, já nominados, da Comissão de Finanças deste Legislativo, também aos servidores lotados na Divisão de Economia, o Cainan Gouveia, o Daniel Humberto, a Daniele Batista, o João Carlos, o Roberjan Prestes, o Thiago Leão e o Diretor Veli. Também, Secretário, só apenas observar que o momento econômico ainda é difícil em nosso País, nós estamos vivendo um momento de alta de inflação, ainda vivemos o período de pandemia, e isso merece uma atenção. E é o que eu espero, que o senhor continue mantendo vigilante as questões econômicas e financeiras do Município, com equilíbrio fiscal, fazendo com que o Município de Curitiba tenha essa condição de atender o contribuinte lá na ponta com os seus serviços. Então, ficam aqui os meus agradecimentos, em nome dos membros da Comissão, pela sua participação, frente a essa pasta tão importante e que exige uma certa atenção e responsabilidade no dia a dia. Afinal de contas, ainda não tivemos a reforma econômica, que era necessária aos municípios. A Câmara também fica à sua disposição para envios de novos projetos, e também vou pedir uma agenda em nome da Comissão, para que possamos discutir a questão do repasse, que vem caindo, do ICMS em nosso Estado. Então, eu peço uma audiência com Vossa Senhoria nos próximos dias, e a Comissão vai até a Secretaria de Finanças. Muito obrigado. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a presente Audiência. Agradeço a presença de todos. Uma boa tarde a todos. Muito obrigado. Está encerrada a Audiência Pública de apresentação do Relatório de Gestão das Finanças referente ao 2º quadrimestre de 2021." Do que para constar, a presente Ata foi organizada por Roberjan Prestes Filho, de acordo com as Notas Taquigráficas lavradas pela equipe de Taquigrafia, a qual será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.

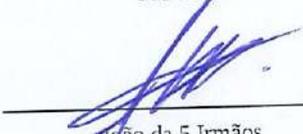
  
Sergio R. B. Balaguer (Serginho do Posto)  
Presidente

  
Indiara Barbosa  
Vice-presidente

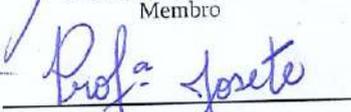
  
Flavia Francischini  
Membro

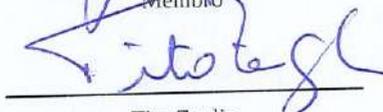
  
Hernani  
Membro

  
Jornalista Márcio Barros  
Membro

  
João da 5 Irmãos  
Membro

  
Osmar Moraes  
Membro

  
Professora Josete  
Membro

  
Tito Zeglin  
Membro